

ISSN: 2527-1946

Número 87

Março 2019

CADERNO DE PESQUISA NEPP

**DESIGUALDADES DE RENDA E RESTRIÇÕES NO ACESSO
AO TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS
BRASILEIRAS: AVANÇOS E PERSISTÊNCIAS**

Lilia Montali, Stella Silva Telles,
Marcelo Tavares de Lima

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

Prof. Dr. Marcelo Knobel

Coordenador-Geral da Universidade

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Eliana Martorano Amaral

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Andre Tosi Furtado

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Munir Salomão Skaf

Coord. Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel



NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenador

Prof. Dr. Carlos Raul Etulain

Coordenador Associado

Conselho Editorial do Caderno de Pesquisa NEPP

Dra. Lilia Terezinha Montali

Dra. Roberta Rocha Borges

Dra. Valeria Cantelli

Dra. Juliana Pasti Villalba

Dra. Cibele Yhan de Andrade

Editores

Dra. Lilia T. Montali

Dra. Roberta Rocha Borges

Apoio Técnico

Maria do Carmo de Oliveira

O Caderno de Pesquisa NEPP, de caráter multidisciplinar, escrito por pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação, membros associados e convidados, tem periodicidade semestral. Publica artigos inéditos, relatórios de pesquisa, pesquisas em andamento, entrevistas e resenhas relacionados com as múltiplas dimensões da política pública.

Entre 1987 e 2010, publicaram-se 83 números. Desde o número 84, o Caderno de Pesquisa NEPP foi remodelado e passa a ser publicado em versão eletrônica.

*Considerações Éticas:
A responsabilidade pelos conteúdos
publicados é exclusivamente do(s)
autor (es), assim como a
revisão ortográfica.*

Desigualdades de renda e restrições no acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras: avanços e persistências¹.

Lilia Montali, Stella S. Telles, Marcelo T. de Lima

O artigo apresenta aspectos que atuam favorecendo a permanência da desigualdade de renda e privilegia a análise de informações relativas às regiões metropolitanas brasileiras no período entre 2001 e 2015, contextualizadas em relação às conjunturas econômicas, bem como às diretrizes das políticas sociais. O tema da desigualdade de renda e das restrições no acesso ao trabalho é tratado sob as óticas da família e da educação. Na perspectiva da família e considerando o conceito de divisão sexual do trabalho o artigo trata dos domicílios metropolitanos, mostrando as diferenças encontradas entre aqueles abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita. Busca-se explicitar características que constituem restrições no acesso ao trabalho e nas possibilidades de superação da pobreza pelas famílias metropolitanas. Na perspectiva da educação o artigo discute como baixos níveis educacionais podem afetar o acesso ao trabalho de jovens e adultos. Foram privilegiados os grupos etários referentes às crianças menores de três anos e o grupo dos jovens e adultos maiores de 18 anos, por serem os segmentos que têm maiores dificuldades no acesso, na permanência e na conclusão das etapas educacionais. Para o segmento infantil, conclui-se que ainda há um grande horizonte para a expansão da oferta de vagas, principalmente as públicas, que atendem as crianças mais pobres. O baixo nível educacional dos adultos traz restrições para a inserção no mercado de trabalho, e, sobretudo para as pessoas em situação mais vulnerável como aquelas pertencentes ao grupo com renda domiciliar per capita abaixo do valor mediano.

Palavras chaves: desigualdade de renda; mercado de trabalho; divisão sexual do trabalho; acesso à educação; políticas públicas.

Income inequalities and restrictions on access to work in the Brazilian metropolitan regions: advances and persistence.

The text presents aspects that favor the permanence of income inequality and gathered analysis produced with information regarding the Brazilian metropolitan regions in the period between 2001 and 2015, contextualized in relation to the economic conjunctures, as well as to the social policy guidelines. The issue of income inequality and of the restrictions on access to work is addressed from the perspective of family and education. From the perspective of the family and considering the concept of sexual division of labor, the article deals with the metropolitan households, showing the differences found between those below and above the median household income per capita. It seeks to explain characteristics that constitute restrictions on access to work and on the possibilities of overcoming poverty by metropolitan families. From the perspective of education, the article discusses how low levels of education can affect access to work for young people and adults. The age groups of children under three years old and the group of youngsters and adults over 18 years old were privileged because they are the segments that have the greatest difficulties in accessing, staying and completing the educational stages. For the children segment, it is concluded that there is still a great horizon for the expansion of vacancies, especially public ones, which serve the poorest children. The low educational level of adults brings restrictions to the insertion in the job market and, especially for the people in more vulnerable situation as those belonging to the group with per capita household income below the median value.

Key words: income inequality; job market; sexual division of labor; access to education; public policy.

¹ Apresenta resultados do projeto “Família, trabalho e pobreza: entre as mudanças sociodemográficas e as políticas sociais - décadas de 80 a 2010” desenvolvido com o apoio do CNPq, junto ao NEPP/UNICAMP.

Desigualdades de renda e restrições no acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras: avanços e persistências

Lilia Montali, Stella Silva Telles, Marcelo Tavares de Lima

Introdução

Este artigo tem por objetivos apresentar aspectos que atuam favorecendo a permanência da desigualdade de renda e privilegia na análise informações relativas às regiões metropolitanas brasileiras e ao período entre 2001 e 2015. Busca contextualizar o período relacionando-o às conjunturas econômicas de expansão e de recessão, bem como às diretrizes das políticas sociais.

O tema da desigualdade de renda e das restrições no acesso ao trabalho é tratado sob as óticas da família e da educação. Na perspectiva da família e das relações de gênero o artigo trata dos domicílios metropolitanos, mostrando as diferenças encontradas entre aqueles abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita. Busca-se explicitar características que constituem restrições no acesso ao trabalho e nas possibilidades de superação da pobreza pelas famílias metropolitanas. Destaca-se que a divisão sexual do trabalho afeta diferenciadamente os componentes domiciliares por sexo e posição na família e que esta, ao afetar negativamente a inserção no mercado de trabalho de mulheres com responsabilidades por crianças e adolescentes, limita a obtenção de rendimentos destas e afeta as condições de subsistência das famílias. Na divisão sexual do trabalho vigente, com poucas alterações nas atribuições entre os sexos, ocorre o acúmulo das responsabilidades familiares e do trabalho remunerado para as mulheres, como mostrado por inúmeros estudos. Dentre estes, o estudo recente do IBGE (2018a) evidencia a permanência do maior número de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos pelas mulheres e, considerando as mulheres trabalhadoras, 73% mais horas do que os homens. Na perspectiva da educação, o artigo discute como baixos níveis educacionais podem afetar o acesso ao trabalho de jovens e adultos. Para esta análise, foram privilegiados os grupos etários referentes às crianças menores de 3 anos e o grupo constituído pelos jovens e adultos, maiores de 18 anos, por serem estes os segmentos que têm maiores dificuldades no acesso, na permanência e na conclusão das etapas educacionais.

A escolha destes grupos, menores de três anos e os adultos, se deve ao fato de serem estes os grupos etários para os quais o baixo acesso à escolarização resulta em limitações para o desenvolvimento socioeconômico das famílias. No caso dos menores de 3 anos, além da

importância para o desenvolvimento da criança e do direito à educação, o não acesso à educação infantil ofertada pelas creches dificulta que um adulto da família, em geral a mulher responsável, contribua para a elevação da renda familiar pela via do mercado de trabalho.

No caso da falta ou da dificuldade de escolarização dos adultos, as famílias com pessoas nesta situação têm menores chances de usufruir de melhores condições socioeconômicas em função da maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Este estudo investiga para os grupos mencionados a questão do acesso à educação e não trata do problema da qualidade da educação, tema que representa um grande desafio para o país em todos os níveis educacionais.

O artigo é composto por três partes. A primeira parte contextualiza a desigualdade e a pobreza nas décadas iniciais do século XXI, evidenciando os momentos distintos relacionados à conjuntura econômica e às condições de vida da população que marcam o período. Entre 2004 e 2014 o país experimenta um momento de expansão da economia e do emprego, bem como de ampliação e aperfeiçoamento de políticas sociais de desenvolvimento social e de combate à pobreza. Entre 2015 e 2018, durante o processo e após o impeachment da presidente da república, concretizado em abril de 2016, se instala a crise econômica e a elevação do desemprego, acompanhados, a partir de 2016, de mudança na orientação das políticas sociais. A segunda parte do artigo trata das desigualdades entre os domicílios metropolitanos considerando, no período entre 2001 e 2015, a evolução dos rendimentos domiciliares e da desigualdade, os constrangimentos diferenciados no acesso ao mercado de trabalho impostos pela configuração familiar e pela divisão sexual do trabalho e, ainda os desafios da equidade no mercado de trabalho relacionados a estes. Outro aspecto tratado se refere à relação entre estes constrangimentos relacionados à divisão sexual do trabalho enquanto limitadores da inserção no mercado de trabalho e as limitações para a superação da pobreza pelos domicílios metropolitanos. A terceira parte do artigo trata das desigualdades educacionais e das restrições no acesso ao trabalho. Nesta seção são discutidos como baixos níveis educacionais, sobretudo a não conclusão do ensino secundário e, a falta de oferta de Educação Infantil para as crianças pequenas podem afetar o acesso ao trabalho de jovens e adultos. Por fim é apresentado um quadro com informações sobre a demanda educacional da população adulta considerando os níveis educacionais.

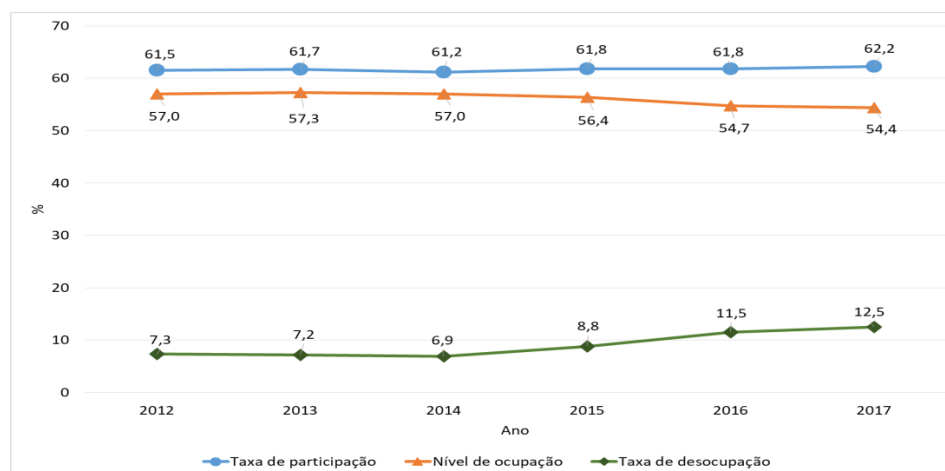
1. Contextos da desigualdade no início do século XXI

O presente ensaio traz análises referentes ao período compreendido entre 2001 e 2015, que abrange conjunturas recessivas - 2001 a 2003 - e de expansão da economia -2004 a 2014, e ainda 2015, início do novo período recessivo.

Entre 2004 e 2014 o país passava por um momento de expansão da economia e do emprego, bem como de ampliação e aperfeiçoamento das políticas sociais de desenvolvimento social e de combate à pobreza. Entretanto, desde o início de 2014, começo do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, se instaura a crise política e econômica, desembocando em seu impeachment. Este fato muda a orientação da política social, que passa a atuar nos moldes neoliberais impondo ajustes nos gastos públicos e na flexibilização da legislação trabalhista, resultando em retrocessos e em perdas de direitos para os mais desfavorecidos (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI; 2018). Estas ações não lograram a recuperação da atividade econômica e se expressam na piora dos indicadores do mercado de trabalho e das condições de vida da população.

Informações da PNAD Contínua, IBGE, consolidadas por ano, mostram a piora das condições do mercado de trabalho. Cresce o desemprego, no período: a menor taxa de desemprego da série é observada em 2014, da ordem de 6,9%; salta para 8,8% em 2015; e chega em 2017 a 12,5%, dos economicamente ativos, quando representou cerca de 13 milhões de pessoas sem emprego no país (Gráfico 1). A qualidade do emprego também foi afetada: cai o emprego com vínculo (51,4% em 2014 e 48,2% em 2017) e aumenta a proporção de trabalhadores com vínculo precário, tais como “empregado sem carteira de trabalho” (23,2% em 2014, 25,3% em 2017) e, como “conta própria” (18,5% em 2014 e 19,5% em 2017) (IBGE, 2018b).

Gráfico 1 - Indicadores de Mercado de trabalho Brasil, 2012 – 2017



Fonte: IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018.

A soma dos efeitos da deterioração do mercado de trabalho e das medidas de ajuste fiscal, adotadas a partir de 2016 pelo governo de Michel Temer, tais como redução do investimento, mudanças na legislação trabalhista, cortes e reduções orçamentárias para programas sociais e políticas de combate à pobreza se revela no aumento dos níveis de pobreza e desigualdade social. Entre 2016 e 2017, caem tanto o rendimento per capita médio, como a massa de rendimento médio mensal domiciliar per capita, segundo resultados da PNAD Contínua. Cai o rendimento médio dos ocupados e ocorre redução na porcentagem de domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família de 14,3% para 13,7% (Estado de São Paulo, 2018)².

A Síntese de Indicadores Sociais 2018 do IBGE (IBGE, 2018b), em análise que toma por referência a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial (rendimentos de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês), mostra que a proporção de pessoas pobres no Brasil subiu de 25,6% da população, em 2016, para 26,5%, em 2017.

Diversos estudos evidenciam o aumento da proporção de pobres na população brasileira a partir de 2015 (MENEZES; JANNUZZI, 2018; IBGE, 2018; Valor, 2018; GTSC A2030, 2018).

² O Estado de São Paulo. Daniela Amorim. 10 milhões vivem com R\$ 40 por mês no País. O Estado de São Paulo – Economia, 212/ 04/2018.

O Relatório Luz³, que acompanha a implementação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do qual o Brasil é signatário, indica que o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030. “Até 2014, o Brasil foi exitoso e atingiu antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza⁴, rota interrompida com a mudança das forças políticas que governam o País” (GTSC A2030, 2018, p.6). O mesmo relatório destaca que uma das ações do referido governo que se opõe à Agenda 2030 do ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que limitou o aumento dos gastos públicos à variação da inflação por vinte anos. Na mesma direção vão outras propostas encaminhadas ao Congresso Nacional, parte delas aprovadas, como a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a Lei da Terceirização, que reduzem os direitos dos trabalhadores e fragilizam a garantia de emprego e níveis de remuneração ao limitar a capacidade de negociação dos sindicatos.

O referido relatório e também Menezes e Jannuzzi (2018), com base no encadeamento dos resultados da PNAD IBGE mensal e contínua, mostram que o menor número de pobres no país desde 1992 foi atingido em 2014, cerca de 14,1 milhões de pessoas. A elevação da pobreza a partir de 2015, é evidenciada no Gráfico 2. Em comparação ao observado em 2014 atinge, em 2015, 17 milhões de pessoas, 21,6 milhões em 2016 e cerca de 22 milhões em 2017. Também bastante grave é o comportamento da extrema pobreza que se eleva nesse período e, em 2016 explicita o retrocesso, voltando a apresentar valores semelhantes a 2006, momento de implementação das políticas de combate à pobreza⁵. A partir de 2011, com o início do Programa Brasil Sem Miséria, voltado para os segmentos mais vulneráveis ainda pouco atingidos pelas políticas de combate à pobreza vigentes no momento, observa-se a tendência de queda da pobreza extrema até 2014, com 5,2 milhões de pessoas nessas condições, mesmo assim mostrando o longo caminho a ser ainda percorrido para a sua erradicação. Entretanto, como decorrência da retração da atividade econômica e de reduções dos programas sociais voltados a esse segmento, a extrema pobreza volta a crescer e, em 2016, atinge 10 milhões de pessoas e

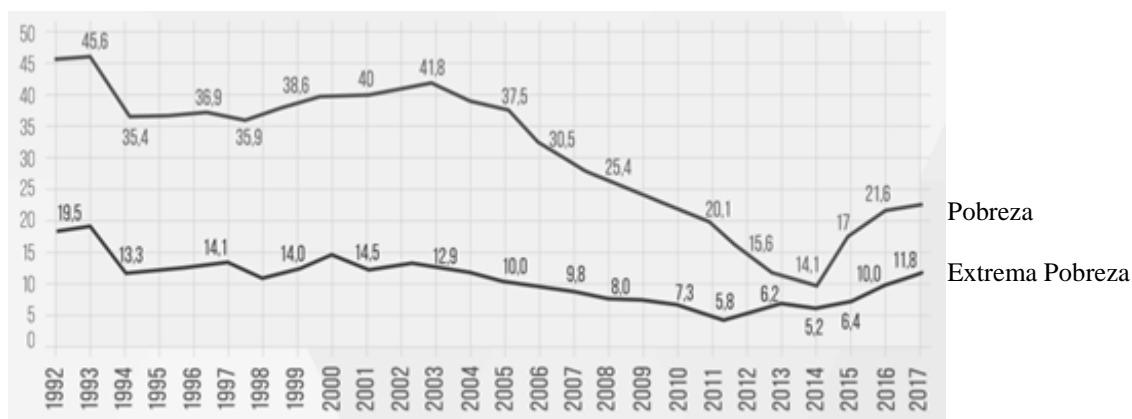
³ O Relatório Luz 2018, lançado em 11/07, foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030). Construído a partir dos dados oficiais disponíveis, analisa 121 (das 169) metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do qual o Brasil é signatário.

⁴ Meta 1.1: Até 2030, erradicar a pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 por dia) para todas as pessoas em todos os lugares.

⁵ Dentre muitos estudos sobre as políticas sociais que resultaram na redução do número de pobres na população brasileira, podem ser consultados dois artigos de Ana Fonseca e outros, no Caderno de Pesquisa NEPP, 86, 2018.

11,8 milhões em 2017⁶. Nesse último ano a pobreza extrema volta aos níveis preexistentes em 2004, início da estruturação dos programas de combate à pobreza do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gráfico 2 - Pobreza e Extrema Pobreza (milhões de pessoas) Brasil, 1992/2017



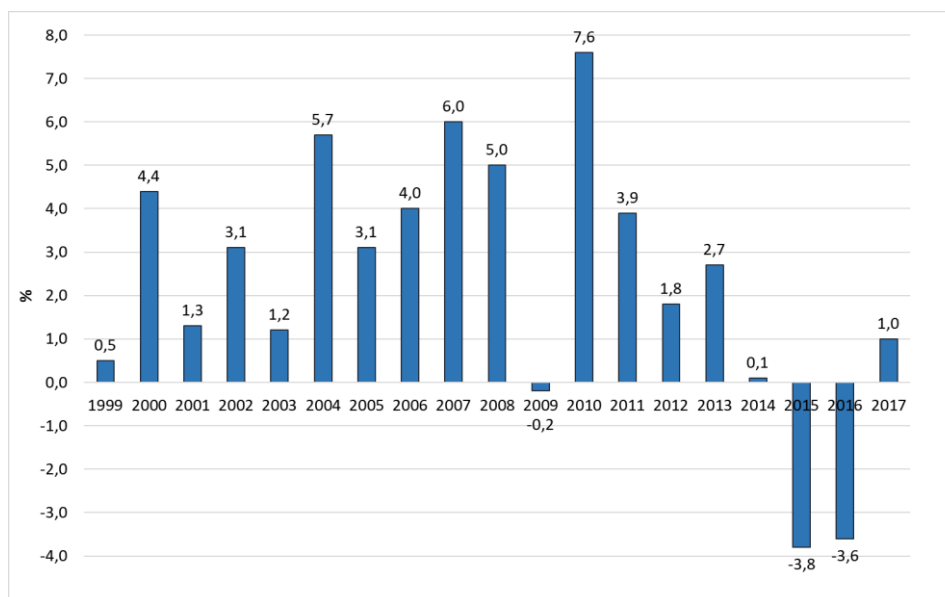
Fonte: Apud: GTSC A2030. Relatório Luz da Agenda 2030: Desenvolvimento Sustentável Síntese II, 2018, p8.

Além do empobrecimento, ao passo que se dá a deterioração do mercado de trabalho e a política de austeridade reduz a cobertura das políticas sociais, os indicadores sociais apontam seus reflexos negativos na saúde da população e na mortalidade infantil (MENEZES; JANNUZZI, 2018; DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Triste cenário que não se altera no ano de 2018, tendo por referência dados parciais divulgados pelo IBGE no período, sendo pouca a esperança de melhora com o novo governo que assumiu em 1º de janeiro de 2019.

⁶ Vale explicitar que a linha de pobreza utilizada por Menezes; Jannuzzi (2018) e por GTSC A2030 (2018) e na construção do Gráfico 2 são as linhas de pobreza e de extrema pobreza adotada pelo Programa Brasil sem Miséria atualizado pelo INPC.: R\$ 140 pobreza, R\$ 70 extrema pobreza.

Gráfico 3 - Variação anual do PIB Real Brasil, 1999 – 2017



Fonte: IBGE – Séries Históricas - Elaboração NEPP/Unicamp

2. Desigualdades entre os domicílios metropolitanos

2.1. Evolução dos rendimentos domiciliares e dos indicadores de desigualdade

O período compreendido entre 2001 e 2015, tomado como referência por esta análise, que, como mencionado, abrange conjunturas recessivas (2001 a 2003) e de expansão da economia (2004 a 2014), bem como o ano de 2015, que se configura como o início do novo período recessivo que perdura até o presente (Gráfico 3). Esse período é limitado à série comparável dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de caráter anual, que se encerrou em 2015. A PNAD Contínua, com levantamentos mensais, apresenta alterações metodológicas que dificultam a comparabilidade com as variáveis utilizadas.

Entre 2004 a 2014, o país experimenta um momento de crescimento econômico, de recuperação do mercado de trabalho com a ampliação do emprego formalizado, de evolução dos rendimentos das famílias e de redução da desigualdade de renda, resultante de políticas econômicas e sociais, que tiveram êxito na redução da pobreza. Dentre as políticas sociais que exerceram maior impacto sobre a redução da pobreza e da desigualdade na primeira década do

século XXI destacam-se, como já mencionado, a política de recuperação do salário mínimo, as medidas para a recuperação do emprego e a política de transferência condicionada de renda com ações e programas dirigidos aos grupos mais vulneráveis.

A política de valorização do salário mínimo é responsável pelo crescimento real deste, da ordem de 76,5% entre 2003 e 2015 (DIEESE, 2015). Importante lembrar que o salário mínimo é referência tanto para a remuneração do trabalho, como para alguns benefícios sociais, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadorias. A política de valorização do salário mínimo somada à recuperação do mercado de trabalho e à estabilidade no crescimento da economia favoreceu a elevação do rendimento domiciliar per capita nesse período e também a manutenção da elevação do mesmo em 2014, quando ocorre desaceleração do crescimento da economia. O crescimento do rendimento domiciliar per capita nas regiões metropolitanas e no país até 2014 pode ser visualizado abaixo, no Gráfico 4.

A partir de 2015 a situação do mercado de trabalho sofre profundas alterações, como decorrência da crise política e institucional já referida, que se instala desde o processo de impeachment da presidente da república, cujo desenlace se dá em 2016. Crise econômica e elevado desemprego caracterizam os últimos anos a partir de 2015, bem como a deterioração do mercado trabalho com a redução dos empregos formalizados e com proteção social, explicitados pelos resultados da PNAD Contínua/IBGE e por análises sobre o período. A fragilização dos direitos do trabalhador através da nova legislação trabalhista associada à crise econômica prolongada e refletindo os impactos das políticas de austeridade praticadas, afeta postos de trabalho e a renda do trabalho e das famílias, resultando no aumento da pobreza e da pobreza extrema, como mencionado.

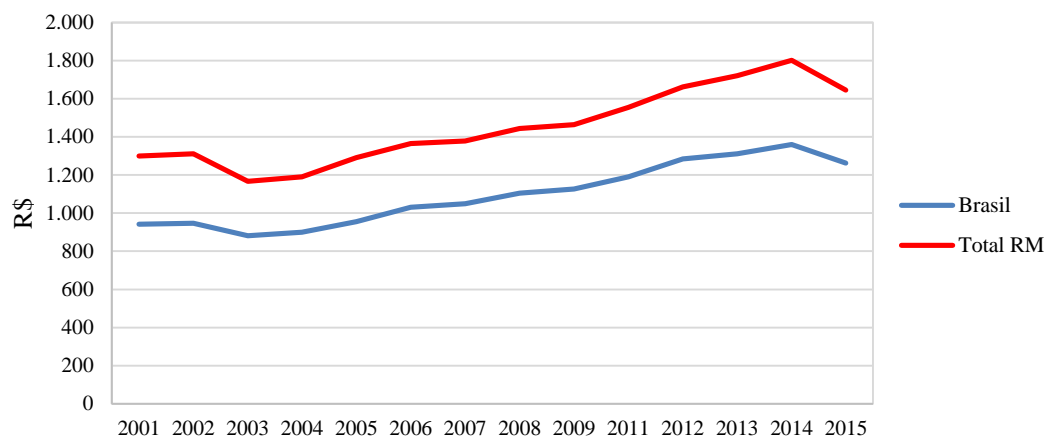
Entre 2014 e 2015, observa-se a redução do rendimento domiciliar per capita, com redução de forma mais acentuada nas regiões metropolitanas. As regiões metropolitanas apresentam queda de 8,7% entre 2014 e 2015, enquanto foi de 7% na média dos domicílios do país, evidenciando mais uma vez a maior suscetibilidade de sua economia às oscilações da conjuntura⁷.

As regiões metropolitanas apresentam em todo o período o rendimento domiciliar per capita superior ao da média dos domicílios brasileiros e indicações de maior desigualdade de renda.

⁷ Rocha (2004) em análise sobre a evolução da pobreza no Brasil entre 1970 e 2002 e sobre a mudança do perfil da pobreza, que se torna concentrada nas regiões metropolitanas, ressalta que estas regiões por serem as áreas mais dinâmicas do país, são as mais afetadas adversamente em períodos de conjuntura adversa e baixo crescimento econômico.

Em 2014 o rendimento domiciliar per capita médio era de R\$ 1.800,00 nas regiões metropolitanas e de R\$ 1.645,00 em 2015. No Brasil a média do rendimento domiciliar per capita era de R\$ 1.360,00 em 2014 e de R\$ 1.262,00 em 2015.

Gráfico 4 - Rendimento domiciliar mensal per capita médio (R\$) Brasil e Regiões metropolitanas, 2001 a 2015



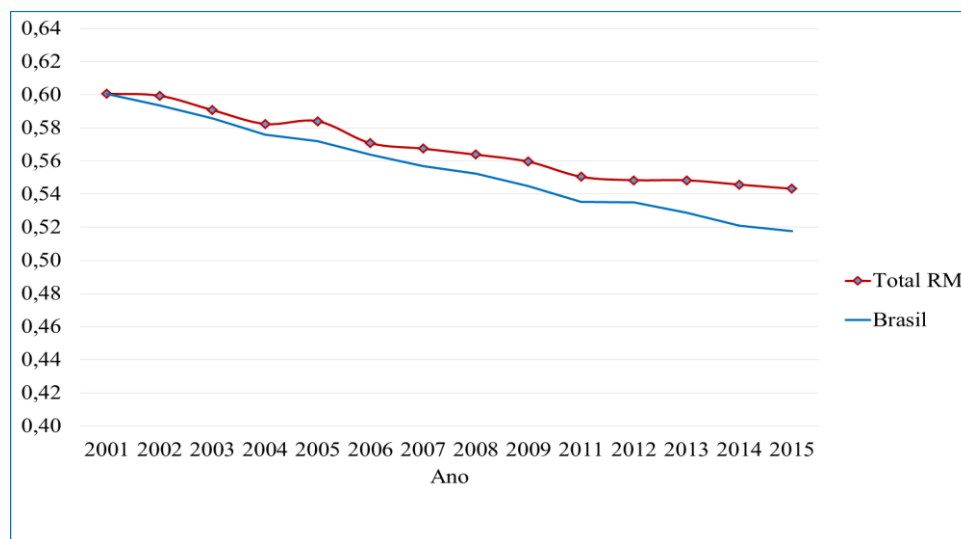
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Elaboração: NEPP/UNICAMP

(1) Valores atualizados para 2015 (INPC).

As regiões metropolitanas brasileiras evidenciam, assim, tanto níveis mais elevados de desigualdade, como queda menos acentuada da tendência de redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2015 tendo por referência a renda domiciliar per capita, comparativamente ao conjunto de domicílios do país. Entre 2001 e 2015 o país apresentou redução de 13,8% no Índice de Gini, que variou entre 0,600 e 0,517. Para o conjunto das regiões metropolitanas a redução foi de 9,5% e variou entre 0,600 e 0,543 nesse período. Além disso, a queda da desigualdade no país apresenta-se mais constante, com pequena estabilização entre os anos de 2011 e 2012, e continuidade na redução até 2015 (Gráfico 5). Nas regiões metropolitanas, por sua vez, observa-se queda da desigualdade até 2012 e relativa estabilidade com pequena redução a partir desse ano. Tais informações explicitam a persistência da desigualdade nas regiões metropolitanas, apontadas por Sonia Rocha como áreas de maior concentração de pobres. Estas, por outro lado, são as regiões mais dinâmicas do país, responsáveis por elevada parcela do PIB nacional.

Gráfico 5 - Índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita Brasil e Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001 – 2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Considerando a elevada desigualdade de renda nas regiões metropolitanas, este ensaio busca conhecer aspectos que favorecem sua permanência. Para tanto, aborda as características dos domicílios metropolitanos detalhando os segmentos de domicílios abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita.

Foi possível constatar que a mediana do rendimento domiciliar metropolitano equivale a pouco mais de um salário mínimo nominal correspondente aos anos analisados (Tabela 1). A manutenção dessa relação do rendimento domiciliar per capita mediano com o salário mínimo, por um lado indica a elevação da renda dos domicílios no período, considerando que o salário mínimo real cresceu 76,5% entre 2003 e 2015 (DIEESE, 2015). Por outro lado, indica que se mantém a elevada desigualdade de renda na população metropolitana, considerando-se que metade desta dispõe de, no máximo, pouco mais que o salário mínimo como rendimento domiciliar per capita. Constatou-se ainda, a partir de 2006, que há coincidência entre o valor de corte do quarto decil e o valor do salário mínimo, indicando que 40% dos domicílios metropolitanos têm rendimento per capita de no máximo um salário mínimo.

Tabela 1 - Valores de salário mínimo nacional (SM), valor da mediana do rendimento domiciliar per capita (RPC) e relação entre SM e mediana (1). Regiões metropolitanas brasileiras, 2001-2015

Ano	Valor do Salário Mínimo (R\$)	Valor da mediana da RPC (R\$)	Relação Mediana/SM
2001	180	250	1,38
2006	350	405	1,17
2011	545	650	1,19
2012	622	740	1,19
2013	678	800	1,18
2014	724	900	1,24
2015	788	900	1,14

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP

1) em valores nominais.

2.2. Configuração familiar e constrangimentos diferenciados nos segmentos acima e abaixo da mediana da renda domiciliar⁸.

O conceito de divisão sexual do trabalho é central nesta análise da desigualdade relacionada ao mercado de trabalho, por ser considerada como transversal à família e ao mercado e por definir o lugar de homens e de mulheres nas esferas da reprodução e da produção (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2000).

A divisão sexual do trabalho, na concepção de Kergoat (2000) é a forma da divisão social do trabalho resultante das relações sociais de sexo, socialmente construída. A autora explicita que divisão sexual do trabalho tem por características a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções de forte valorização social. Tem por princípios organizadores o “princípio da separação”, segundo o qual, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o “princípio hierárquico”, segundo o qual o trabalho dos homens é mais valorizado do que o trabalho das mulheres. Afirma ainda que a divisão sexual do trabalho assume formas específicas durante o tempo, mas preserva as características e os princípios referidos.

Por sua vez, Hirata (2002) nas considerações acerca de mudanças e permanências na divisão social do trabalho, diz que tais mudanças estão mais associadas a conjunturas de expansão econômica ou de crise e à introdução de novas tecnologias e também às relações de classe. Afirma, entretanto, que as mudanças se expressam mais como deslocamentos das fronteiras do

⁸ Este item se baseia em análises desenvolvidas em Montali, 2017 e em Montali e Lima, 2018.

masculino e do feminino do que à pela supressão da própria divisão sexual do trabalho; e que as continuidades remetem, às relações sociais de sexo.

Essa referência teórica possibilita explicar as diferenças de gênero no mercado de trabalho e na remuneração obtida. Possibilitou, por outro lado evidenciar nesta investigação, um dos desafios que afetam a superação da pobreza, por limitar a inserção em empregos de qualidade especialmente para mulheres responsáveis por crianças e adolescentes (MONTALI, 2015). Constatou-se ainda que a permanência da desigualdade para os arranjos identificados como “mais vulneráveis ao empobrecimento” - que apresentam importante presença de crianças e/ou de adolescentes -, está profundamente relacionada à desigualdade de gênero e ao acesso desigual a serviços de cuidado, que atuam no sentido de minimizar os efeitos negativos da divisão sexual do trabalho vigente sobre as possibilidades de inserção de qualidade para as mulheres⁹. Supõe-se que as limitações no acesso ao trabalho impostas às mulheres responsáveis por famílias (cônjuges e chefes femininas) possam ainda ser acentuadas pela dependência de idosos, conseqüente da mudança do perfil etário da população, e pelo restrito apoio no cuidado para esse segmento da população. Alguns resultados desta investigação indicam que as limitações impostas pela divisão sexual do trabalho afetam de forma mais contundente as mulheres de domicílios com rendimentos abaixo da mediana e as menos escolarizadas.

Retomando a questão deste ensaio que é investigar aspectos que atuam favorecendo a permanência da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas, o exame da composição domiciliar mostra que esta tem relação com os arranjos de inserção possíveis para garantir a sobrevivência da família e que se diferenciam quando considerados os segmentos de domicílios abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita.

Sob a concepção teórica da divisão sexual do trabalho entende-se que a disponibilidade dos componentes da família para o mercado de trabalho é diferenciada porque, ao expressar a posição na família¹⁰, expressa relações de hierarquia, relações sociais de sexo e atribuições que tecem as relações familiares e que definem as possibilidades de inserção em atividades remuneradas. Diferenciam-se entre os componentes familiares a disponibilidade para o

⁹ Os arranjos domiciliares identificados pela investigação como “mais vulneráveis ao empobrecimento” com base em um conjunto de evidências são: os arranjos nucleados pelo casal nas fases iniciais do ciclo de vida familiar – casais com idades até 34 anos; casais com idades entre 35 e 49 anos e os arranjos monoparentais nucleados pela mulher -, estes congregam a maior parte das crianças e de adolescentes (Montali; Lima, 2008 e Montali; Lima 2014).

¹⁰ O termo “posição na família” corresponde à categorização dos componentes familiares em relação ao responsável pelo domicílio ou família, referidos nos levantamentos domiciliares da PNAD, IBGE, e utilizados neste estudo como proxy de papéis familiares.

mercado de trabalho, os vínculos com o mercado de trabalho através de ocupações precárias e não precárias e mesmo a absorção destes por setores de atividade. Dessa forma, a composição domiciliar tem implicações na articulação família-trabalho e nas possibilidades de composição da renda domiciliar nas diferentes etapas do ciclo de vida da família. Entretanto, a disponibilidade dos componentes familiares, por outro lado, é afetada pelo padrão de absorção da força de trabalho vigente no mercado e pelas possibilidades de inserção que este oferece.

Nos quinze anos aqui analisados, são constatadas nas famílias metropolitanas as mesmas tendências das mudanças pelas quais vêm passando as famílias brasileiras, tais como a redução dos domicílios nucleados pelo casal em detrimento do aumento da proporção de domicílios monoparentais e unipessoais, bem como a redução da proporção das famílias de casais com filhos e o aumento do número de casais sem filhos. Assim, a participação dos arranjos familiares nucleados pelo casal se reduz nesse período, passando de 66% dos arranjos domiciliares metropolitanos em 2001, para ser 59% em 2015. Dentre os arranjos familiares nucleados pelo casal, as tendências no período são de redução daqueles nucleados por casais jovens (de até 34 anos) com filhos, que correspondem à “etapa de constituição” no ciclo vital da família (19,3% em 2001 e 10,8% em 2015), bem como daqueles nucleados por casais em idades entre 35 e 49 anos, com a presença de filhos, que correspondem aos arranjos na “etapa da consolidação” do ciclo de vida da família (21,7% em 2001 e 17,1% em 2015). Por outro lado, se observa praticamente a manutenção da proporção dos domicílios monoparentais femininos em cerca de 20% dos arranjos domiciliares. Os três últimos arranjos domiciliares mencionados são identificados nesta investigação como “mais vulneráveis ao empobrecimento” (MONTALI; LIMA, 2014). Por sua vez, os domicílios nucleados por casais com 50 anos e mais com a presença de filhos apresentam leve tendência de crescimento, bem como os arranjos de casais sem filhos apresentam acentuado crescimento.

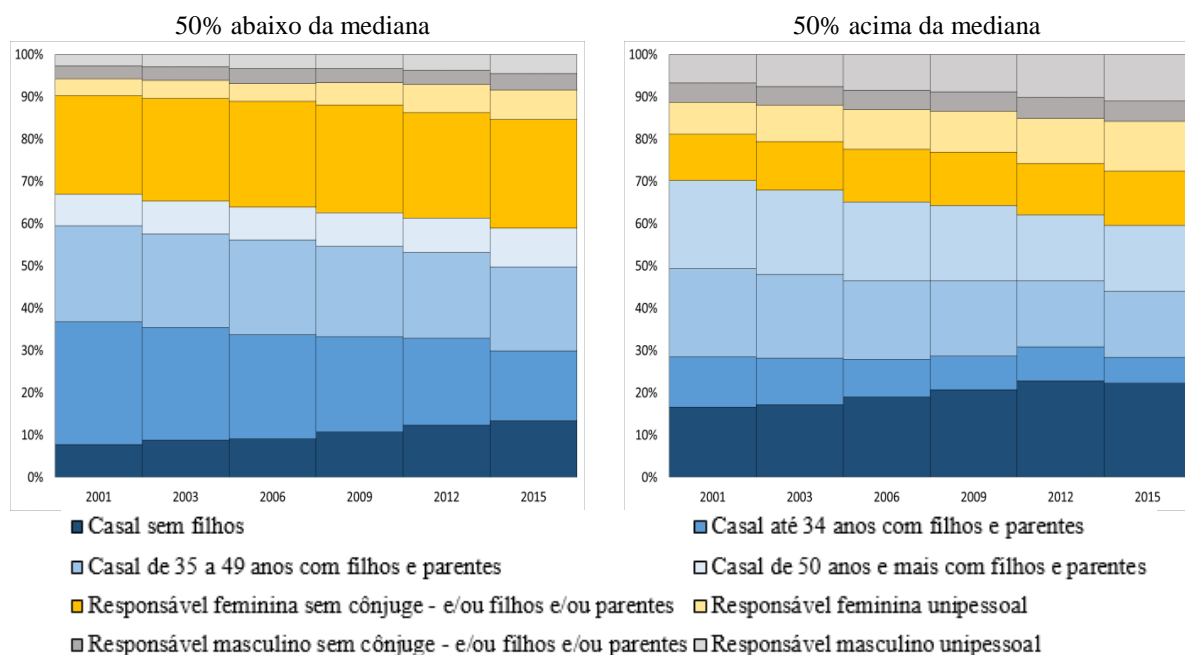
Na análise da evolução dos domicílios metropolitanos, considerando-se a diferenciação por renda, verificou-se que são bastante distintos os perfis de composição familiar dos segmentos de domicílios situados abaixo da mediana do rendimento domiciliar per capita e daqueles acima do mesmo (Gráfico 6).

Dentre os domicílios abaixo do valor mediano do rendimento domiciliar per capita se evidencia a maior concentração daqueles identificados como “mais vulneráveis ao empobrecimento” (casais jovens, até 34 anos, com filhos; casais de 35 a 49 anos com filhos e chefe feminina monoparental), que perfazem 72% destes arranjos domiciliares, em 2001 e 59,8% em 2015.

Estes arranjos domiciliares predominantes, ainda que apresentem tendência de redução, correspondem àqueles com maior proporção de crianças e adolescentes entre os componentes do domicílio (Tabela 2). Assim, os arranjos nucleados por casais de até 34 anos com filhos, que representam 28% dos domicílios abaixo da mediana em 2001 e passam a ser 15 % deles em 2015, tem 46% de seus componentes caracterizados como crianças ou adolescentes em 2015; os arranjos nucleados por casais entre 35 e 49 anos, com a presença de filhos, representam 22% dos domicílios nesse segmento em 2001 e 19,1% em 2015, com 36% de seus componentes caracterizados como crianças ou adolescentes no último ano; os domicílios monoparentais femininos são 22% em 2001 e passam a compor 25% dos domicílios do segmento com rendimento abaixo da mediana em 2015, apresentam nesse ano 35% de seus componentes caracterizados como crianças ou adolescentes. Apresentando as menores proporções, e com tendência de crescimento, também compõem esse segmento os arranjos domiciliares de casais sem filhos, 12,9% dos arranjos domiciliares em 2015, de casais de 50 anos e mais com a presença de filhos e/ou parentes (8,8%), domicílios unipessoais com responsável feminino (6,7%) e com responsável masculino (4,3%) e de responsável masculino sem cônjuge com filhos e/ou parentes (3,8%), ver Gráfico 6.

Interessante notar que mesmo os domicílios com arranjos familiares caracterizados por menores proporções de crianças e adolescentes, tais como os nucleados por casais de 50 anos e mais com a presença de filhos/e ou parentes e os monoparentais masculinos (nucleados pelo responsável masculino sem cônjuge) apresentam nesse segmento proporções de crianças e de adolescentes maiores que o dobro encontrado nos arranjos equivalentes no estrato de domicílios acima da mediana do rendimento domiciliar per capita (Tabela 2).

Gráfico 6 - Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar por decís per capita (%)
Regiões Metropolitanas, 2001 a 2015



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP / UNICAMP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.

Tabela 2 - Proporção de crianças e adolescentes segundo tipo de arranjo domiciliar %
Regiões Metropolitanas, 2001 a 2015

Tipo de arranjo domiciliar	50% abaixo da mediana				50% acima da mediana			
	2001	2006	2011	2015	2001	2006	2011	2015
Casais	40,9	37,6	35,1	31,9	23,9	19,9	18,2	17,2
Casal sem filhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Casal com filhos e parentes	43,0	40,1	38,5	35,7	28,2	24,5	23,7	22,8
Casal até 34 anos com filhos e parentes	49,4	48,1	47,0	46,0	40,8	39,5	38,9	38,5
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	42,9	39,7	38,4	36,4	31,3	29,1	28,5	29,3
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	22,6	19,3	18,3	16,2	9,2	7,6	7,1	7,4
Responsável feminina sem cônjuge	39,2	37,6	34,7	32,1	16,2	13,2	10,3	9,6
Responsável feminina sem cônjuge - e filhos e/ou parentes	41,0	39,3	37,3	34,7	18,7	15,6	12,7	12,2
Responsável feminina unipessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsável masculino sem cônjuge	25,0	21,2	22,0	18,0	7,7	6,1	5,5	4,5
Responsável masculino sem cônjuge - e filhos e/ou parentes	31,3	27,6	29,7	24,8	11,9	10,1	9,5	8,6
Responsável masculino unipessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	40,0	37,0	34,4	31,3	21,3	17,5	15,6	14,5

(1) Proporção de indivíduos com idades entre 0 e 17 anos em relação aos componentes do domicílio, excluídos aqueles em condição de responsável ou cônjuge.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

As características da composição dos arranjos domiciliares abaixo da mediana metropolitana se modificam no período de 15 anos sob análise (Gráfico 6). Permanecem, entretanto nesse segmento de renda, em maiores proporções os arranjos domiciliares com composição desfavorável para inserção no mercado de trabalho e com elevada proporção de crianças entre

seus componentes. Este fato, que limita o acesso de mulheres responsáveis pelo domicílio (cônjuges e chefes femininas), frente às limitações no apoio ao cuidado, restringe a contribuição destas para a composição do rendimento domiciliar, muitas vezes limitando a possibilidade de superação da pobreza.

O perfil dos arranjos domiciliares encontrados no segmento de domicílios com rendimento per capita acima do valor mediano metropolitano apresentam características bastante distintas (Gráfico 6). Por um lado, é comparativamente menor e decrescente a presença dos arranjos identificados como “mais vulneráveis ao empobrecimento”. Por outro lado, é muito menor a proporção de crianças e de adolescentes entre seus componentes, cerca de 21% em 2001 e de 15% em 2015 (Tabela 2). Em 2001 os arranjos “mais vulneráveis ao empobrecimento” perfaziam 50% dos domicílios desse segmento e 37,2% em 2015. Um dos arranjos dentre estes, caracterizados pela menor renda domiciliar per capita, que são os arranjos nucleados por casais jovens, de até 34 anos, com filhos, perfazem, em 2015, apenas 6% dos domicílios acima da mediana; ainda assim, estes apresentam proporção de 38,5% de crianças e de adolescentes entre seus componentes, proporção comparativamente menor que no arranjo equivalente no estrato de domicílios abaixo da mediana (Tabela 2). Outro dentre os mais vulneráveis ao empobrecimento, os arranjos nucleados pelo casal entre 35 e 49 anos, com filhos, são 15% dos domicílios acima da mediana, e 29% dos seus componentes crianças ou adolescentes; os arranjos monoparentais femininos, por sua vez, compõem 16% dos domicílios nesse segmento e apenas 12% de seus componentes são crianças ou adolescentes, em contraste com o arranjo equivalente abaixo da mediana, quando estes são da ordem de 35%, como se pode ver na Tabela 2.

Apresentam proporções comparativamente maiores e crescentes no segmento de domicílios acima da mediana da renda metropolitana, os arranjos que se caracterizam por apresentarem renda per capita mais elevada e menor presença de crianças: os casais sem filhos (21,5% em 2015), os casais nucleados por pessoas maiores de 50 anos com a presença de filhos e/ou parentes (12,4% em 2015) e os domicílios unipessoais, sendo, em 2015, 9% femininos e 7,4% masculinos (Gráfico 6).

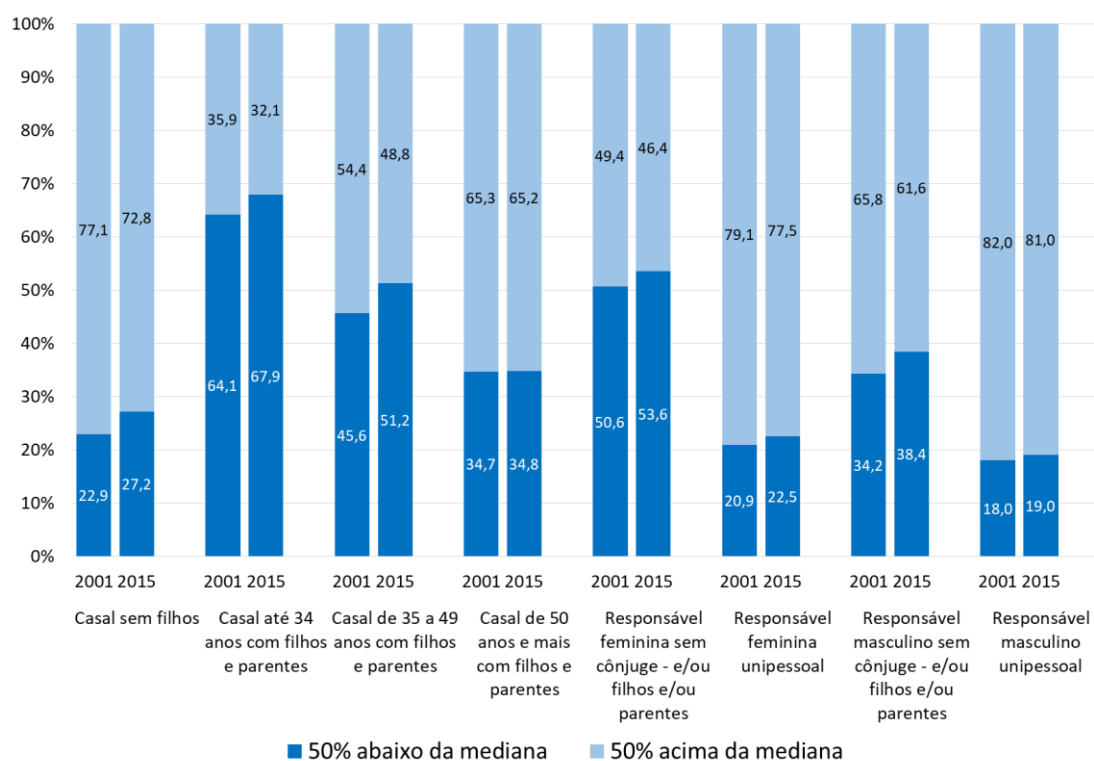
Assim, um aspecto que se destaca na diferenciação entre os arranjos domiciliares dos segmentos abaixo e acima do valor mediano da renda per capita metropolitana é a maior proporção de crianças entre os componentes do domicílio naqueles situados abaixo da mediana (Tabela 2). Merece destaque também entre aqueles abaixo da mediana, que embora se observe redução na

proporção de crianças entre os componentes do domicílio, que cai de 40% em 2001 para 31,3% em 2015, esta constitui uma queda de 21,8% no período, inferior à observada nos domicílios do segmento acima da mediana. Entre os domicílios acima da mediana, que apresentam menor proporção de crianças e adolescentes entre seus componentes, esta também se reduziu, passou de 21,3% em 2001, para 14,5% em 2015, com queda de 31,9%, portanto comparativamente maior que a experimentada pelo segmento abaixo da mediana.

Essas reduções diferenciadas na proporção de crianças nos arranjos dos dois segmentos de renda, merecem estudo mais apurado, mas podem responder a dois movimentos que ocorreram no período. Um deles pode ser atribuído às mudanças na composição domiciliar no período resultado de mudanças sócio demográficas, tais como envelhecimento da população, redução do número de filhos tidos por mulher, mudanças na família e no padrão de casamento; e outro pode ser atribuído ao deslocamento de domicílios entre os dois segmentos de rendimento domiciliar per capita decorrente da melhora do rendimento familiar no período e da elevação da escolaridade relacionados à implementação de políticas sociais, permanecendo no segmento abaixo da mediana parcela de domicílios com menores possibilidades de inserção no mercado de trabalho e mais desfavorecidos.

O gráfico abaixo explicita como se distribuem os arranjos domiciliares segundo tipologia e suas proporções em relação à mediana do rendimento domiciliar per capita entre as famílias metropolitanas (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar e mediana do rendimento domiciliar per capita (%) Regiões metropolitanas brasileiras, 2001 e 2015



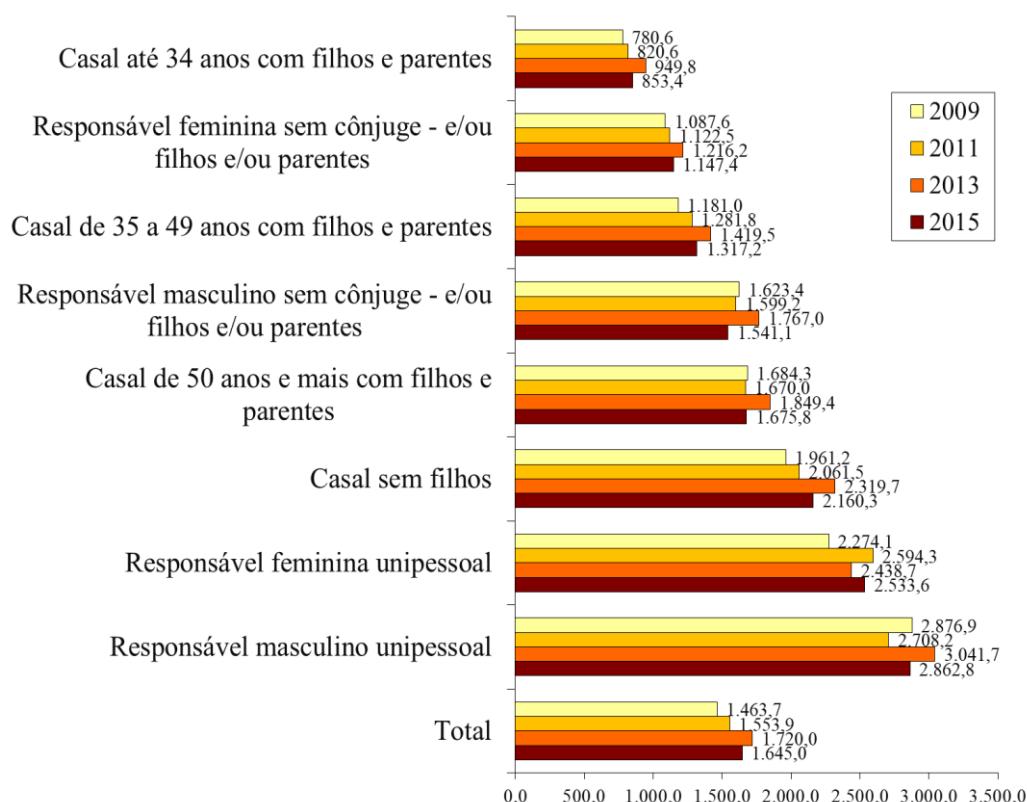
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Para finalizar estas observações que relacionam a configuração familiar dos domicílios metropolitanos e seus constrangimentos para a redução da desigualdade de renda, observa-se no Gráfico 8, que apresenta a distribuição dos domicílios segundo o rendimento per capita médio, a permanência da desigualdade entre os domicílios segundo o arranjo domiciliar. Observe-se que tal desigualdade permanece tanto nos anos de expansão da economia e de melhora do mercado de trabalho, como no ano de 2015, início do novo momento de recessão e de piora do mercado de trabalho.

O exame do rendimento per capita médio dos domicílios metropolitanos segundo o tipo de arranjo domiciliar nos últimos anos do período aponta duas características: observa-se crescimento do rendimento domiciliar metropolitano entre 2009 e 2013, que corresponde a anos de bom desempenho da economia e, redução do rendimento domiciliar per capita em 2015 para todos os arranjos, expressando os efeitos da crise econômica que se inicia nesse ano (Gráfico 8). Como segunda característica, observa-se na ordem crescente dos rendimentos domiciliares, a permanência dos arranjos identificados como “mais vulneráveis ao empobrecimento” por esta

investigação entre aqueles que apresentam os menores valores no período, comparativamente aos outros arranjos domiciliares e à média regional. Estes expressam arranjos domiciliares com maiores dificuldades para garantir a sobrevivência familiar tanto decorrentes de sua composição desfavorável para inserção no mercado de trabalho, com maior número de dependentes, mas também porque impingem constrangimentos à inserção no mercado da mulher responsável por crianças e adolescentes, limitada por uma responsabilidade atribuída a ela pela divisão sexual do trabalho.

Gráfico 8 - Rendimento domiciliar per capita médio segundo arranjo domiciliar (1)
Regiões metropolitanas brasileiras, 2009 a 2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) Em valores de 2015 (INPC).

2.3. Mercado de trabalho e os desafios da equidade ¹¹

Entre 2001 e 2015, as mudanças na conjuntura econômica afetaram o mercado de trabalho e o comportamento das taxas específicas por posição na família, que expressam as possibilidades diferenciadas de absorção dos distintos componentes familiares pelo mercado de trabalho. A inserção no mercado de trabalho foi também afetada nesse período pelas políticas que

¹¹ Este item se baseia em análises desenvolvidas em Montali e Lima, 2018.

favoreceram o crescimento do emprego e do emprego formal, bem como por políticas de desenvolvimento sociais implementadas entre 2003 e 2014, que favoreceram a elevação da renda e o acesso à educação.

É distinto o comportamento das taxas indicativas da situação ocupacional observado para os componentes domiciliares quando consideradas a posição no domicílio e o sexo. Isso porque essas taxas expressam os papéis familiares e suas atribuições regidas pela divisão sexual do trabalho e relações de gênero.

Uma das evidências disso está nas taxas de participação e de ocupação das mulheres cônjuges e das responsáveis femininas que se mantêm crescentes, embora apresentando como característica patamares inferiores quando comparadas às filhas adultas, filhos adultos e responsáveis masculinos. Essa característica se mantém no período 2001 a 2015. Esse padrão de inserção dos componentes familiares revela os constrangimentos decorrentes de papéis familiares e das relações de gênero, e se repete na análise dos segmentos abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita durante o período 2001 a 2015 (Gráfico 9).

A principal diferenciação na condição de inserção dos componentes dos domicílios desses dois segmentos são as taxas mais desfavoráveis para os componentes de domicílios com rendimento per capita abaixo da mediana metropolitana. Estes últimos apresentam taxas comparativamente mais baixas de participação, de ocupação e taxas de desemprego mais elevadas (Gráfico 9).

É bastante distinta também, quando comparada entre os segmentos abaixo e acima da mediana da renda domiciliar metropolitana, a condição ocupacional da PIA (população em idade ativa) dos componentes familiares, como se verá no Gráfico 11, porque estes experimentam níveis educacionais distintos e distintas oportunidades de trabalho, evidenciando maior precariedade no vínculo de trabalho para os componentes dos domicílios com rendimentos abaixo da mediana.

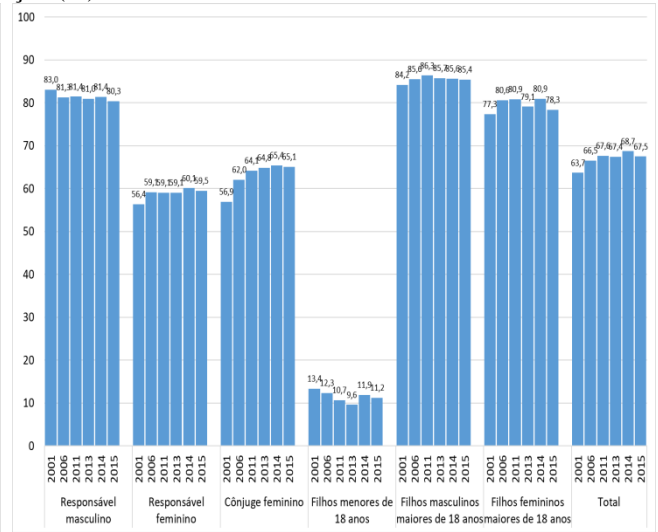
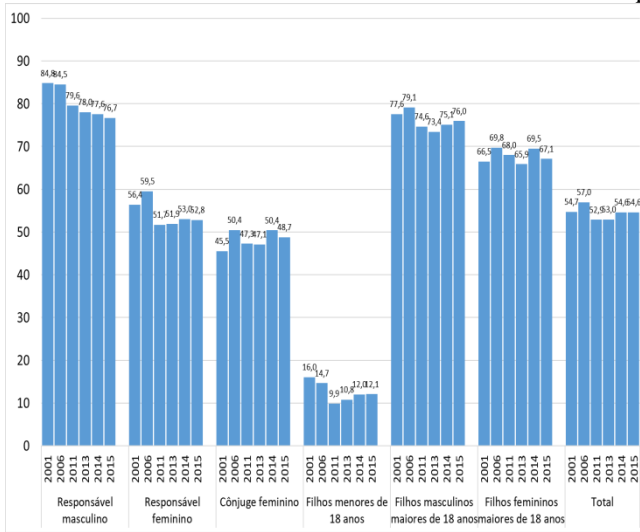
Comparando-se inicialmente entre ambos os segmentos de renda o comportamento das taxas indicativas da condição de inserção no mercado para os componentes adultos responsáveis pelo domicílio: responsável masculino, cônjuge e responsável feminino, é possível identificar algumas coincidências de tendências, embora com valores distintos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Taxas de participação, ocupação, desemprego e inatividade por posição na família
Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001 – 2015

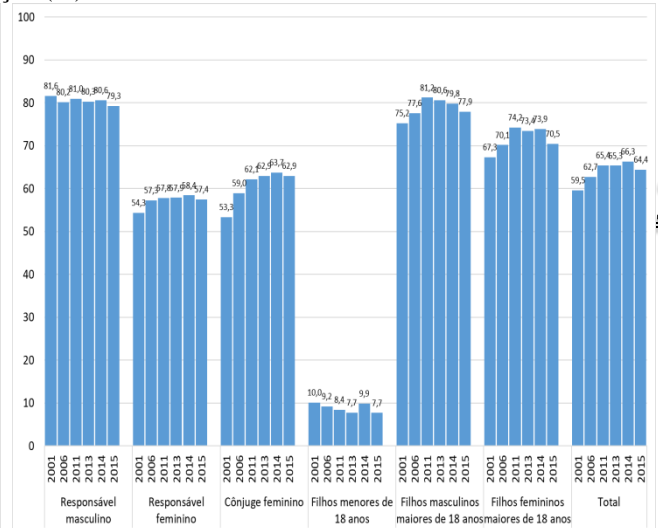
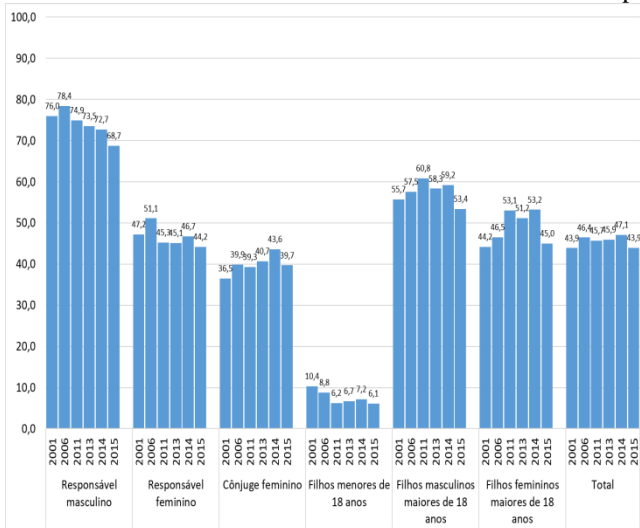
50% abaixo da mediana

50% acima da mediana

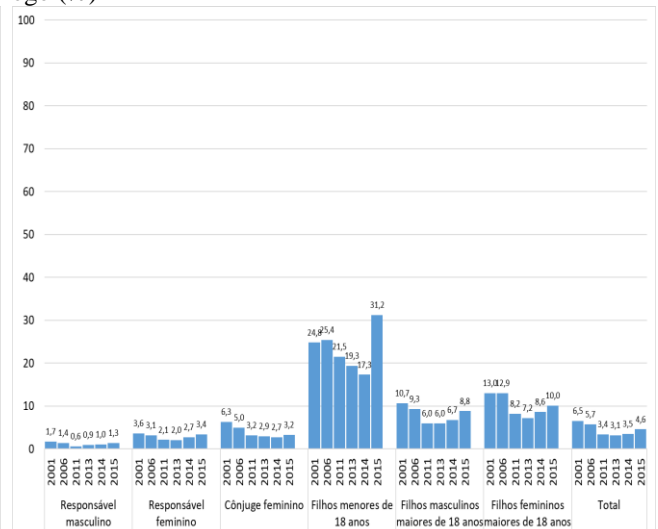
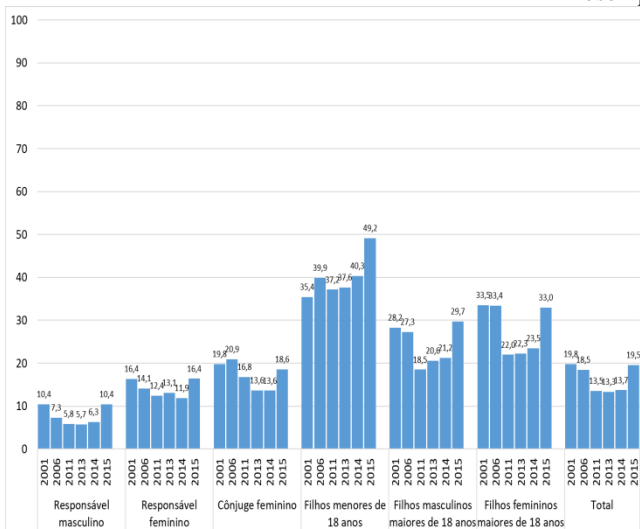
Participação (%)



Ocupação (%)



Desemprego (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

As semelhanças observadas nas taxas indicativas da inserção no mercado de trabalho para os homens na posição de responsável, em ambos os segmentos de rendimento domiciliar residem no comportamento decrescente das taxas de participação, por apresentarem elevadas taxas de ocupação e por apresentarem taxas de desemprego comparativamente mais baixas que os demais componentes familiares. A principal diferença entre estes reside nas taxas de ocupação e de desemprego: a taxa de ocupação do responsável masculino acima da mediana oscila cerca de 80% da respectiva PIA desde 2006 a 2014, caindo para 79% no ano que se inicia a recessão, 2015. A taxa de desemprego, por sua vez é cerca de 1% entre 2011 e 2013 e de 1,3% em 2015 (Gráfico 9).

No caso dos responsáveis masculinos no segmento de renda abaixo da mediana, a maior taxa de ocupação foi registrada correspondendo ao período de recuperação da economia, 2006, da ordem de 78%, com queda acentuada a partir de então, mesmo no período de estabilidade entre 2011 e 2013, chegando ao valor mais baixo, 67% no ano de 2015, primeiro ano da recessão. A taxa de desemprego do responsável masculino abaixo da mediana é cerca de 6% entre 2011 e 2013 (período de estabilidade), e de 10,4% em 2015 - início da recessão.

A comparação entre cônjuges dos dois segmentos de renda evidencia contrastes maiores. Iniciando pela taxa de participação, observa-se que esta é muito mais elevada no segmento acima da mediana, com tendência ascendente no período: é de 62% da PIA específica em 2006, entre 2011 e 2013 é superior a 64%, passa a ser de 65,4% em 2014 e 65% em 2015.

Comportamento distinto é observado na taxa de participação das cônjuges dos domicílios com rendimentos abaixo da mediana, que oscila no período: se eleva no período de expansão da economia para 50,4% em 2006, apresenta pequena queda e se mantém em 47% entre 2011 e 2013; eleva-se novamente para 50,5%, em 2014; oscilando para 48,7% no ano recessivo de 2015. As chefes femininas desse mesmo segmento de domicílios apresentam comportamento das taxas de participação e de ocupação próximas às das cônjuges, embora apresentando taxas mais elevadas especialmente no início do período, atingindo 60% em 2006; oscilam em torno de 52% no período de estabilidade entre 2011 e 2013, e se elevam a 53% no final do período (Gráfico 9).

Esta constatação remete à análise de Leone sobre a evolução da taxa de participação feminina no período 2004-2013, na qual evidencia que há redução na taxa de participação

das mulheres apenas nos domicílios com renda per capita inferior ao salário mínimo e constata que nos domicílios com rendimento acima do salário mínimo a taxa de participação feminina aumentou (LEONE, 2018). Afirma ser importante levar-se em consideração o nível socioeconômico das famílias no estudo da evolução da participação na atividade econômica das mulheres, pois essa diferenciação também evidencia experiências distintas no acesso ao trabalho relacionadas ao grau de escolaridade e às dificuldades de conciliar o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares.

Compartilhando dessa concepção, a presente análise da taxa de ocupação dos componentes femininos responsáveis pela família, cônjuge e responsável feminina (chefe feminina), constata comportamento bastante distinto entre os dois segmentos de rendimento domiciliar, revelador das experiências distintas de qualificação e de apoio no cuidado que restringem as possibilidades de acesso ao trabalho das mulheres mais pobres. No segmento acima da mediana a taxa de ocupação da mulher-cônjuge mostra tendência de crescimento até 2014 (63,7%) com pequena redução em 2015 (62,9%); a taxa de ocupação da chefe feminina, por sua vez, apresenta comportamento de certa estabilidade no período, com valores um pouco menores e percentual mais elevado em 2014, da ordem de 58%, oscilando em 2015, para 57% (Gráfico 9).

No segmento de domicílios abaixo da mediana, a taxa de ocupação da cônjuge é comparativamente bastante mais baixa. Apresenta elevação no período de recuperação da economia, chegando a 40% da PIA específica em 2006 e oscila em torno desse valor no período de estabilidade, 2011 e 2013; se eleva para 43,6% em 2014 e retorna aos 40% em 2015, sob a crise. A responsável feminina que apresentava taxas mais elevadas em 2006, 51%, apresenta tendência de queda, oscilando em torno de 45% entre 2011 e 2013, se eleva para 47% em 2014, reduzindo-se novamente em 2015 para 44% (Gráfico 9).

A taxa de desemprego é muito mais baixa para cônjuges e responsáveis femininos no segmento de domicílios acima da mediana. No caso da mulher-cônjuge a taxa de desemprego cai entre 2001 e 2006, quando é cerca de 5%, já refletindo a recuperação da economia e atinge o menor valor em 2014, com 2,7%, elevando-se para 3,3% em 2015. São mais baixas as taxas de desemprego das responsáveis femininas (chefes femininas), em torno de 3% até 2006, reduzindo-se para cerca de 2% entre 2011 e 2014, com pequena elevação em 2015.

Em contraste, são bastante elevadas as taxas de desemprego das cônjuges e chefes femininas nos domicílios abaixo da mediana. A cônjuge apresenta taxa de desemprego mais elevada, da ordem de 21%, no ano de 2006, que representa a etapa de recuperação da economia, mostrando sua mobilização para o mercado frente às novas possibilidades de inserção; o sucesso se evidencia na redução da taxa de desemprego destas no período de estabilidade, que chega a 13,6% em 2014, ao passo que se elevou sua taxa de ocupação; experimenta novamente a elevação do desemprego no ano de 2015 (18,5%). As chefes femininas, por sua vez, apresentam taxas mais baixas de desemprego, declinando até 2011, com taxas que oscilam cerca de 12% entre esse ano e 2014; eleva-se novamente seu desemprego em 2015, quando apresenta taxa de 16%.

São também contrastantes as possibilidades de inserção no mercado dos filhos maiores de 18 anos dos dois segmentos de domicílios sob análise, reveladas pelas taxas de participação, ocupação e desemprego (Gráfico 9). A comparação das taxas indicativas da inserção evidencia que embora as taxas de participação sejam comparativamente mais baixas para os filhos adultos do segmento de domicílios abaixo da mediana, são também mais baixas suas taxas de ocupação e, portanto, mais elevadas as taxas de desemprego, que chegam, em 2015, a cerca de 30% para os filhos adultos masculinos e 32% para os femininos. No segmento acima da mediana, em contraste, a taxa de desemprego é de 9% para os filhos masculinos maiores e de 10% para as filhas maiores de 18 anos, no mesmo ano. Este dado revela que o alardeado elevado desemprego dos jovens retrata especialmente o desemprego dos jovens mais pobres e, possivelmente, menos escolarizados como se verá adiante.

Nas áreas metropolitanas já se notam, entre os anos 2014 e 2015, os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho na redução das taxas de ocupação e na elevação do desemprego, comportamento que se mostra com maior intensidade entre os domicílios com rendimento per capita abaixo da mediana metropolitana (Gráfico 9).

O nível de escolaridade tem um papel importante como facilitador do acesso ao trabalho para os componentes familiares e a comparação da escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais evidencia desigualdades educacionais entre os domicílios abaixo e acima da mediana do rendimento per capita.

Observa-se que, no segmento abaixo da mediana de rendimento per capita, predomina o nível de escolaridade mais baixo (Gráfico 10). Nesses domicílios cerca de metade dos

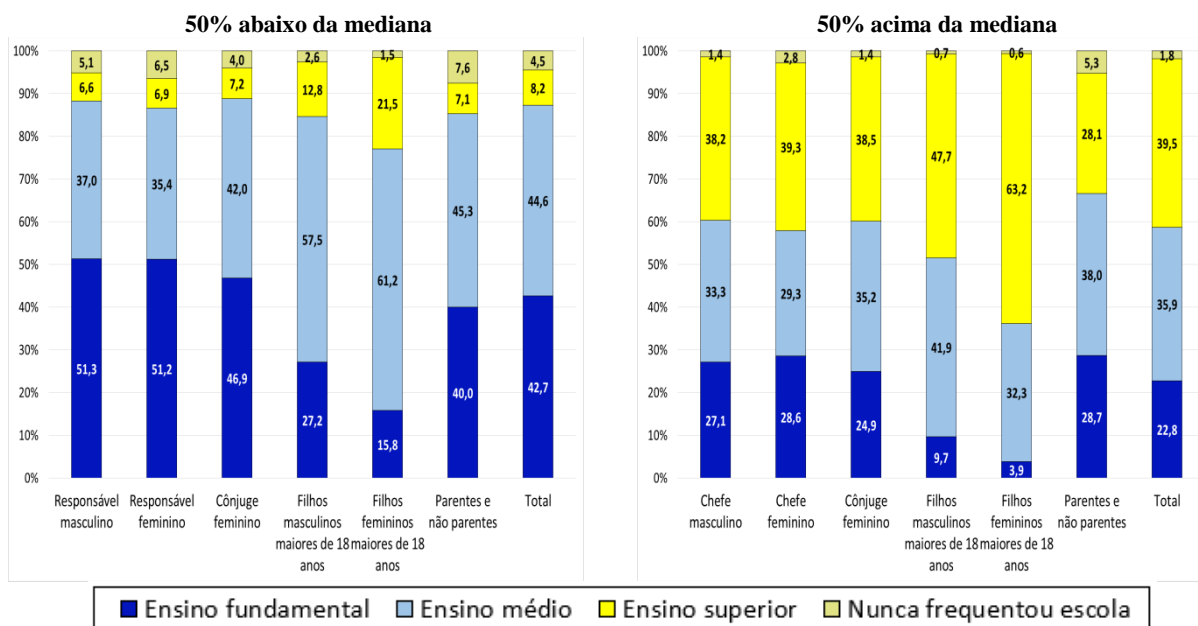
adultos responsáveis pela família apresenta nível educacional referente ao ensino fundamental e mais que um terço tem nível educacional de ensino médio, com destaque para as mulheres cônjuges dentre as quais 42% tem nível educacional de ensino médio nesse segmento de renda. No caso dos filhos adultos, cerca de 60% apresenta nível médio de ensino, com destaque para as filhas que apresentam 61% nesse nível, menor proporção em nível educacional de ensino fundamental e 21% em ensino superior, enquanto a média nesse segmento é de 8%. Comparativamente, o nível de escolaridade do segmento de domicílios acima da mediana é mais elevado para todos os componentes familiares. Entre os componentes adultos, cerca de um terço tem nível educacional de ensino médio e mais que um terço tem nível educacional superior. Entre os filhos adultos é mais elevada a proporção com ensino superior, cerca de 48% dos filhos e 63% das filhas, enquanto a média desse segmento é de 40% (Gráfico 10). Essa desigualdade na escolaridade possibilita explicar as maiores restrições para a inserção no mercado de trabalho entre os componentes dos domicílios abaixo do rendimento per capita mediano, evidenciadas nas taxas de ocupação e desemprego.

Se a desigualdade no acesso à educação pode ser um dos fatores explicativos de restrições para o acesso ao trabalho, esta não explica a desigualdade na inserção no mercado observada em ambos os segmentos de renda em relação aos adultos masculinos e femininos responsáveis pela família, revelada pelas taxas de participação, ocupação e desemprego (Gráfico 9).

Constata-se que, internamente aos segmentos estudados existe similaridade no nível educacional dos responsáveis masculinos e dos componentes femininos responsáveis pela família – chefes femininos e cônjuges femininos - (Gráfico 10), não oferecendo, assim, explicação para a diferenciação entre estes componentes nas restrições à inserção explicitadas nas taxas de ocupação e desemprego e na distinta qualidade da inserção ocupacional (Gráfico 11). Atribui-se aqui a desigualdade da inserção entre estes à divisão sexual do trabalho e aos constrangimentos diferenciados das atribuições familiares relacionadas ao gênero, que recaem sobre as mulheres, bem como à discriminação do mercado em relação à mulher com responsabilidade familiar.

Desigualdades de renda e restrições no acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras: avanços e persistências

Gráfico 10 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais segundo nível de escolaridade e posição na família Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2015



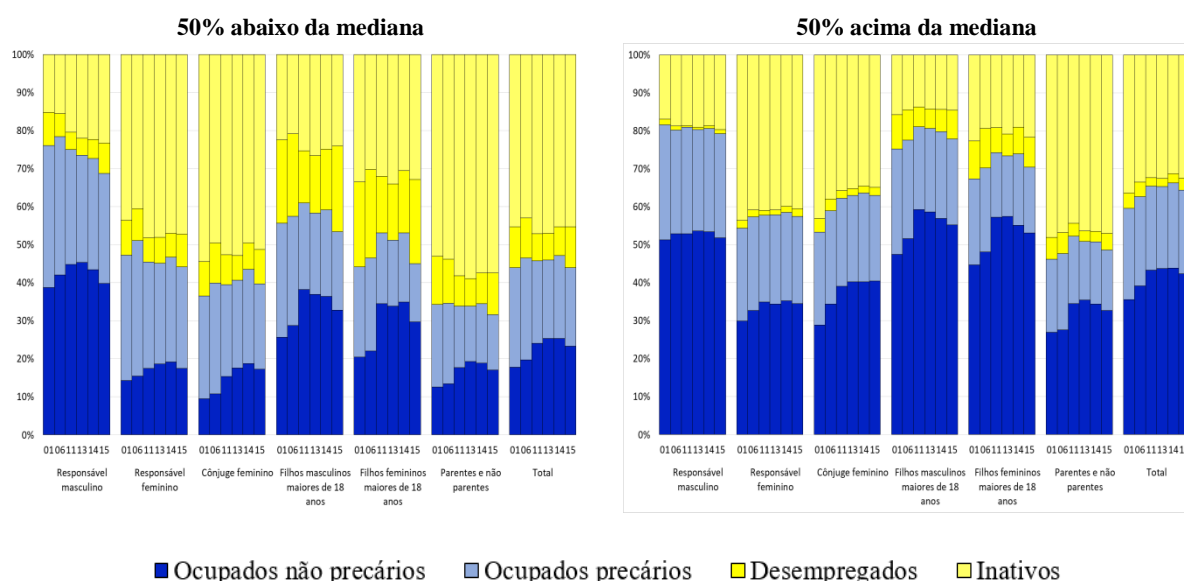
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

A análise da PIA dos componentes familiares diferenciados por posição na família e sexo, que explicita a situação ocupacional e a condição de precariedade na ocupação, também indica especificidades que são explicadas pelas desigualdades associadas ao gênero e às atribuições familiares. São identificadas para as mulheres-cônjuge e para as mulheres-chefes de família, as maiores proporções absorvidas em trabalhos precários, perfazendo quase a metade das ocupadas, bem como as taxas de inatividade mais elevadas comparativamente ao responsável masculino e filhos e filhas maiores de 18 anos, considerando-se os domicílios metropolitanos, constatados em análise anterior (MONTALI, 2015). Constatou-se ainda que tais especificidades são mantidas no período de recuperação da economia, entre 2004 e 2014. Nesse período, gradualmente, eleva-se o emprego não precário e se observa a redução do desemprego, para a população em idade ativa, afetando positivamente a inserção dos componentes familiares. No entanto, se, por um lado, eleva-se a inserção em empregos não precários, por outro lado, observa-se a manutenção de elevada proporção de ocupados em emprego precário, em especial para cônjuges femininos e chefes femininos, bem como de taxas de participação e de ocupação em níveis comparativamente mais baixos em relação aos demais componentes familiares, inclusive quando comparados ao outro componente feminino, as filhas adultas com atribuições familiares distintas (Gráfico 11). Tais características da PIA foram também

percebidas nesta análise da inserção familiar considerando-se os segmentos de domicílios acima e abaixo da mediana do rendimento domiciliar metropolitano e indicadas nos Gráficos 4 e 6.

Na análise que leva em conta os segmentos de domicílios acima e abaixo da mediana do rendimento domiciliar metropolitano per capita, observam-se características semelhantes no perfil de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho, reiterando, entretanto, as condições bastantes mais favoráveis para aqueles no segmento acima da mediana (Gráficos 9 e 11). São recorrentes, nos dois segmentos, as especificidades de inserção no mercado por posição na família e gênero, merecendo destaque as taxas de ocupação mais elevadas e também as maiores proporções em ocupações não precárias para o chefe masculino e os filhos adultos masculinos e femininos, comparativamente às cônjuges e chefes femininas, em ambos os segmentos.

Gráfico 11 - Distribuição da PIA por tipologia de arranjo domiciliar segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação (1) Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001-2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) ocupações não precárias: assalariados com carteira assinada, estatutários, empregadores; ocupações precárias: assalariados sem registro, autônomos, empregados domésticos, trabalhadores familiares e não remunerados.

Devem ser mencionados os efeitos do início do período recessivo em 2015 sobre os arranjos domiciliares de inserção no mercado, que como se viu no item anterior, elevou o desemprego e a perda de empregos formais, impactando o rendimento domiciliar per capita nas regiões metropolitanas, que se reduz em 8,7% entre 2014 e 2015.

O Gráfico 11 mostra o impacto desse momento de forma distinta nos dois segmentos de

domicílios, considerando-se os componentes domiciliares. Entre os componentes dos domicílios do segmento mais pobre, comparativamente cai de forma mais acentuada a proporção de ocupados e de ocupados não precários para todos componentes da família, reduzindo-se, respectivamente, em 3,2 pontos percentuais a taxa de ocupação e em 2,4 p.p. a ocupação não precária. Considerando-se a posição na família, as maiores reduções na taxa de ocupação entre 2014 e 2015, foram experimentadas pelo responsável masculino (4 pontos percentuais) e filhas e filhas adultos (5,8 e 8,2 p.p.), seguidos pelo cônjuge (3,9 p.p.) e pelo responsável feminino (2,5 p.p.). Os maiores recuos do emprego não precário foram sentidos também pelo responsável masculino (3,6 pontos percentuais) e pelos filhos adultos (3,7 p.p. os masculinos e 5,2 p.p. os femininos). As mulheres cônjuge e responsáveis femininos tiveram as menores perdas na proporção em emprego não precário, da ordem de 1,5 p.p., embora tenham sofrido redução da taxa de ocupação.

Entre os domicílios acima da mediana do rendimento domiciliar per capita metropolitano, são muito menores os impactos do início do período recessivo: a redução da taxa de ocupação é da ordem de 1,9 pontos percentuais e a redução de empregos não precários da ordem de 1,4 p.p.. Neste segmento se repetem os menores impactos negativos para a ocupação das responsáveis femininas e cônjuges femininas, redução da ordem de 1 p.p na taxa de ocupação e redução cerca de 0,5 p.p. na ocupação não precária. São também pequenas as reduções na ocupação não precária dos demais componentes: responsáveis masculinos e filhos adultos, considerando-se a comparação 2014 e 2015, porque no caso dos filhos adultos acima da mediana, essa cai a partir de 2013. Deve-se observar que entre os 50% mais pobres, a redução do emprego não precário dos filhos maiores de 18 anos já se inicia em 2011 (Gráfico 9).

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, com destaque para o aumento da participação das mulheres na condição de cônjuge e de chefes de família, está associada a um conjunto de fatores, parte deles relacionados a mudanças no mercado de trabalho e na oferta do emprego, mas também pela ampliação das oportunidades, possibilitada pela elevação do nível educacional das mulheres, dentre outros. Levantamos aqui a hipótese de que um dos aspectos que contribuem para a crescente participação dessas mulheres no mercado de trabalho é o aumento do acesso à creche (que atende crianças de 0 a 3 anos) e à pré-escola para a faixa de 4 a 5 anos, que se ampliou nos últimos anos, embora ainda bastante desigual entre os segmentos acima e abaixo da

mediana do rendimento domiciliar metropolitano. O crescimento da oferta da educação infantil é analisado no item 3 deste ensaio, entretanto a hipótese referida não será explorada nesta oportunidade.

Foi identificada, em estudo anterior, uma relação importante entre a qualidade da inserção no mercado das mulheres com encargos por filhos e o acesso de crianças a creches (crianças de 0-3 anos de idade) e à pré-escola (crianças de 4-6 anos de idade), reforçando os argumentos da necessidade de apoio através de políticas sociais para a superação da pobreza (MONTALI; LIMA, 2014). Naquele estudo observou-se um gradiente que relaciona o acesso à educação infantil e a vinculação ao mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e chefes femininas monoparentais. Constatou-se, assim, um gradiente do maior ao menor acesso à educação infantil (0-3 e 4-6 anos), correspondendo a vinculações não precárias, precárias e ao não trabalho de mulheres, sejam elas cônjuges ou chefes femininas sem cônjuge, em arranjos domiciliares com crianças. Esse gradiente foi constatado nos dois anos analisados, 2001 e 2009. As análises aqui apresentadas atualizam essa informação para os anos de 2011 e 2015, considerando as mudanças na legislação relativa à educação infantil¹².

De forma coincidente, um estudo de Sorj (2007) interpreta a ampliação do acesso à creche e à pré-escola, analisada para o período entre 2001 e 2004, como mecanismo que facilita a conciliação família e trabalho, com repercussões no aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no aumento da jornada de trabalho e na elevação da renda.

Os dados recentes reiteram essa relação e constata-se o gradiente que relaciona vinculações não precárias, precárias e ao não trabalho para as mulheres cônjuge e mulheres chefes responsáveis por crianças de 0 a 3 anos de idade e o acesso à creche e à educação infantil (Tabelas 3). Constatou-se acesso à creche mais elevado para as mulheres cônjuges ocupadas com vínculos não precários, pertencentes a domicílios com renda domiciliar per capita metropolitana acima da mediana, com taxas de acesso de 65,2%, em 2015, em comparação com aquelas pertencentes a domicílios abaixo da mediana, com taxas de acesso de 48,7% para as crianças nessas idades em 2015. Além disso, observa-se, para o total das mulheres ocupadas que apresentam vínculos não precários, ou, formalizados, um aumento no acesso escolar no período entre 2011 e 2015, que passou

¹² Considerada como demanda para a educação infantil, as crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo Lei 12.796/2013 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

de 46,8%, para 57,6%, respectivamente (Tabela 3). Tendo se elevado o acesso para as mulheres ocupadas com vínculos não precários tanto para os domicílios abaixo da mediana, que apresentaram em 2011 taxas de 36,3%, e de 48,7% em 2015, como para aqueles domicílios acima da mediana que apresentaram taxa de 55,4% em 2011 e de 65,2% em 2015.

Merece destaque o acentuado aumento entre 2011 e 2015 no acesso à creche apresentado pelas mulheres-cônjuges e chefes femininas monoparentais do segmento de domicílios abaixo da mediana, em situação de trabalho precário. O acesso à creche das crianças de 0 a 3 anos sob responsabilidade das cônjuges em trabalho precário nesse segmento passou de 25,9% em 2011, para 40,7% em 2015; o acesso à creche das crianças das chefes femininas monoparental em trabalho precário nesse segmento, por sua vez passou de 21,7% em 2011, para 34,6% em 2015.

As menores taxas de acesso escolar para crianças de 0 a 3 anos é encontrada correspondendo às mulheres cônjuges e chefes femininas monoparentais que não trabalham, e que integram os domicílios abaixo da mediana do rendimento metropolitano nos dois anos examinados.

As mulheres cônjuges mais jovens, ou seja, aquelas pertencentes a arranjos com idade até 34 anos, tendem a apresentar maiores taxas de acesso à educação quando comparadas com aquelas de idade entre 35 e 49 anos. Tendências similares são observadas para as mulheres em situação de chefe feminina monoparental, em ambos os recortes pela mediana do rendimento domiciliar per capita metropolitano, a idade e a relação laboral no período analisado (2011 e 2015).

Pode-se afirmar que houve aumento das taxas de acesso à educação infantil no período. Esse tema será retomado no item 3, a seguir, que tratará da demanda e do acesso à educação e suas implicações para a redução das desigualdades de renda tendo por referência a população das regiões metropolitanas brasileiras.

Tabela 3 - Taxa de acesso escolar de crianças menores de 3 anos, segundo condição de ocupação e idade da cônjuge e da responsável feminino por tipo de arranjo domiciliar (%).
Regiões metropolitanas brasileiras, 2011 e 2015

			Taxas de acesso à creche (3)				
			Cônjuge feminino arranjos conjugais		Responsável feminino monoparental		
			2011	2015	2011	2015	
Abaixo da mediana	Trabalho Não Precário	Até 34 anos	38,4	50,1	34,1	45,1	
		35 a 49 anos	31,1	47,3	36,0	40,4	
		Total (1)	36,3	48,7	34,2	41,9	
	Trabalho Precário	Até 34 anos	28,2	39,8	23,9	40,7	
		35 a 49 anos	20,8	44,9	20,0	32,3	
		Total (1)	25,9	40,7	21,7	34,6	
	Não Trabalha	Até 34 anos	19,2	21,4	20,7	22,7	
		35 a 49 anos	20,3	21,8	14,9	14,1	
		Total (1)	20,0	22,0	17,7	23,7	
	Total	Total (1)	24,1	30,7	23,2	30,9	
	Acima da mediana	Trabalho Não Precário	Até 34 anos	53,6	57,5	55,9	78,9
			35 a 49 anos	57,2	74,6	49,8	63,5
Total (1)			55,4	65,2	55,5	65,5	
Trabalho Precário		Até 34 anos	44,9	58,3	31,0	32,7	
		35 a 49 anos	54,6	51,5	35,7	61,1	
		Total (1)	51,4	57,2	27,1	46,5	
Não Trabalha		Até 34 anos	38,5	46,3	-	-	
		35 a 49 anos	37,2	36,1	27,3	76,2	
		Total (1)	37,0	40,0	31,1	42,2	
Total		Total (1)	49,2	57,2	39,8	42,7	
Total		Trabalho Não Precário	Até 34 anos	45,7	53,7	37,1	52,1
			35 a 49 anos	48,7	65,1	38,0	44,7
	Total (1)		46,8	57,6	38,2	47,1	
	Trabalho Precário	Até 34 anos	33,0	45,4	24,4	40,4	
		35 a 49 anos	30,9	46,7	22,2	34,6	
		Total (1)	33,7	45,8	22,3	35,5	
	Não Trabalha	Até 34 anos	22,1	24,1	20,4	22,4	
		35 a 49 anos	23,5	24,8	15,5	16,0	
		Total (1)	22,8	24,6	19,0	25,3	
	Total	Total (1)	31,6	38,5	25,3	33,5	

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) O Total, para a cônjuge, inclui outros arranjos nucleados por casal. Na tabela constam apenas os arranjos com crianças menores de 5 anos de idade (filhos ou outros parentes).

(2) Inclui todas as crianças nestas idades presentes no domicílio, sejam filhos ou outros parentes.

(3) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que frequenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.

Para finalizar esta análise, registra-se ainda que, mesmo sob as restrições na inserção no mercado de trabalho para as mulheres com responsabilidade pelo domicílio (cônjuges e chefes femininas), constatadas na população metropolitana evidenciam-se a crescente participação da cônjuge entre os ocupados da família e na composição da renda domiciliar em todos os arranjos familiares nucleados pelo casal, partilhando essa responsabilidade com o responsável masculino e filhos. No caso da mulher chefe de família, esta manteve sua participação elevada entre os ocupados, partilhando com filhos e parentes, ao passo que manteve sua posição de provedora principal do domicílio. Esta afirmação é uma das conclusões de análise realizada por Montali (2017), sobre o mesmo período, que inclui informações sobre o início da recente crise econômica no Brasil, 2015, com impactos nas taxas de participação e de ocupação, bem como na elevação das taxas de desemprego para os componentes familiares. Observa ainda que não são registradas alterações significativas nos arranjos de inserção familiar, nem na participação dos componentes domiciliares na composição dos rendimentos familiares, sugerindo a continuidade do partilhamento da responsabilidade pela manutenção do domicílio predominantemente entre os componentes do casal e gradual redução na participação dos filhos; e, no caso dos arranjos monoparentais, a continuidade do partilhamento entre o responsável masculino ou feminino, filhos e outros parentes.

3. Educação: desigualdades educacionais e restrições no mercado de trabalho

3.1 O acesso à creche

O direito à educação para as crianças menores de seis anos passou a ser reconhecido desde a constituição de 1988 e posteriormente em 1996 com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) que preconizava como primeira etapa da educação básica a educação infantil (BRASIL, 1996).

Mais recentemente a emenda constitucional de 2009 estendeu o direito de atendimento escolar para as crianças de 4 a 17 anos como obrigatório, sendo dever do estado garantir que a oferta seja gratuita.

A educação pré-escolar deve seguir as regras acordadas pelos conselhos estaduais e municipais de educação alinhadas com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação. Entretanto, no caso das creches que tem por objetivo

atender as crianças com até 3 anos de idade a situação é diferente. Não existe obrigatoriedade de as famílias colocarem os filhos nas creches, mas há uma responsabilização do estado no atendimento das crianças cujas famílias demandem atendimento.

Estas especificidades da legislação têm repercussões importantes referentes ao financiamento da educação infantil. Se o objetivo da política de educação infantil é obter a universalidade com equidade, a questão dos recursos para o financiamento torna-se crucial, assim como a definição dos critérios de atendimento claros que priorizem as famílias que mais precisam (TELLES, 2017).

Além da questão do direito à educação, a oferta de vagas em creche é uma necessidade premente na vida das famílias brasileiras em função de suas recentes transformações e, sobretudo na vida das mulheres, na medida em que estas se inserem cada vez mais no mercado de trabalho como já foi mencionado neste texto.

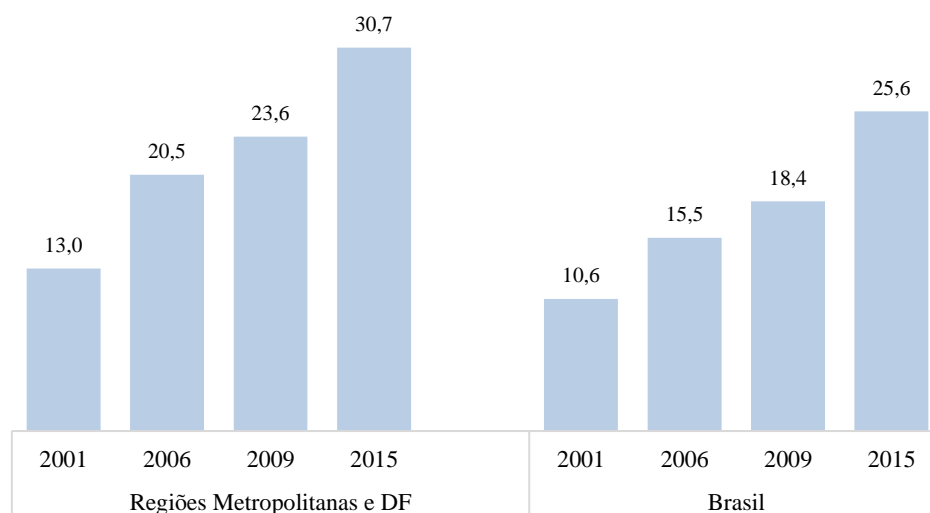
A oferta de educação infantil na modalidade creche, ainda que tenha ocorrido de formas e em ritmos diferentes nos estados da federação, tem crescido sistematicamente no país desde o começo dos anos 90. De acordo com os dados da Pnad, em 1995 apenas 7,6% dos menores de 3 anos eram atendidas em creche, percentual que passa para 25,6% em 2015. Apesar do avanço, ainda estamos longe da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação de atingir pelo menos metade das crianças de até 3 anos de idade.

Nas Regiões Metropolitanas e no DF o percentual de cobertura sempre foi um pouco mais elevado do que a média para o país. Em 2015 30,7% das crianças residentes nessas áreas frequentaram creches (Gráfico 12).

Dois fatores contribuíram para a tendência de aumento da cobertura do atendimento em creches: a expansão da oferta de vagas e, também a diminuição da pressão demográfica, constatada pelo declínio do total de crianças menores de três anos no Brasil. Em 2015, foram atendidas quase 2,6 milhões de crianças menores de 3 anos no Brasil e quase 860 mil nas regiões metropolitanas de acordo com a informação da Pnad.

A expansão da oferta de vagas públicas nos últimos anos foi possível através das políticas públicas governamentais implementadas mais intensamente desde os anos 2000. Não se pode deixar de mencionar também o incremento no número de processos de judicialização para se conseguir vagas em creches, recurso cada vez mais utilizado pelas famílias.

Gráfico 12 – Percentual de crianças menores de 3 anos que frequentam escola (%). Regiões Metropolitanas e DF, Brasil, 2001 a 2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP

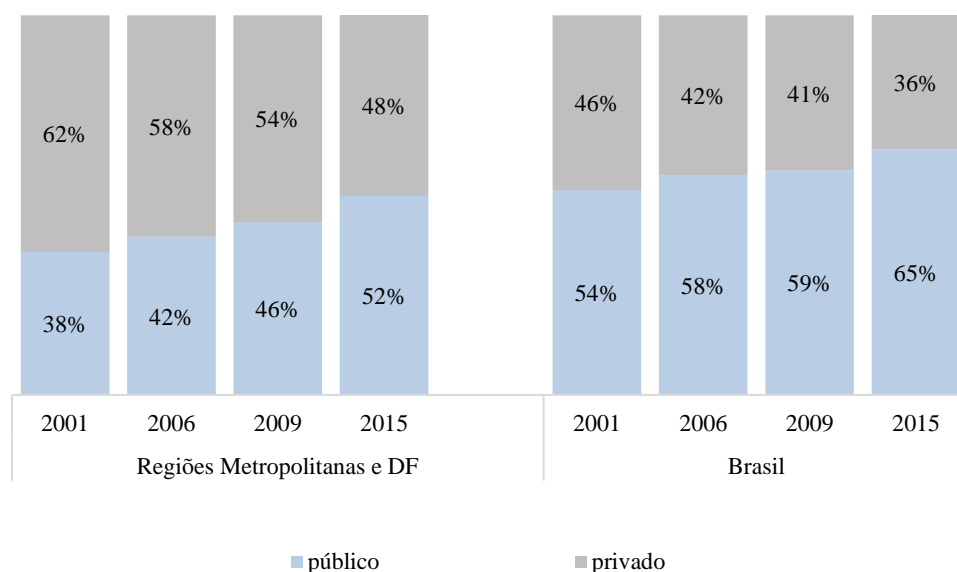
Os dados da PNAD mostraram que apesar do acesso à educação infantil ser maior nas Regiões Metropolitanas do que no Brasil como um todo, é nas Regiões Metropolitanas onde a rede privada se fez mais presente, evidenciando a demanda por investimentos em creches públicas.

Observa-se que a participação relativa da rede privada no atendimento às crianças de 0 a 3 anos foi diminuindo ao longo do período 2001–2015. No Brasil, em 2001, 54% das crianças eram atendidas por creches públicas. Em 2015, esta participação passou para 65%. Nas regiões metropolitanas a participação da rede pública passou de 38% para 52%, entre 2001 e 2015 (Gráfico 13). Deve-se ressaltar que a decisão de integrar as creches à área educacional ocorreu em 1996¹³, no entanto, a iniciativa municipal com relação à oferta tem estado muito aquém das necessidades da população¹⁴.

¹³ Pela LDB (Lei de Diretrizes Básicas) art. 29 e 30 – lei 9394/96 ficou estabelecido que a educação infantil (creches) deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para as crianças de até 3 anos de idade.

¹⁴ O ensino infantil relativo às creches não foi contemplado pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esta dificuldade de financiamento é o principal motivo que os municípios alegam para expandir o acesso às creches.

Gráfico 13 – Crianças menores de 3 anos que frequentam creche por rede de atendimento. Regiões Metropolitanas e DF, Brasil, 2001 a 2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP

Os indicadores de cobertura de atendimento em creches têm apontado para uma situação em que quanto menor os rendimentos familiares, menor é o percentual de atendimento. É importante destacar que grande parte das famílias com dificuldades socioeconômicas são aquelas com crianças pequenas onde a mãe ou a responsável demanda este atendimento para que elas possam trabalhar. Nesse sentido, a política de expansão da cobertura, deveria levar em conta a questão da equidade e da qualidade do atendimento, mas também considerar algumas prioridades como atender as famílias mais vulneráveis.

Pode-se considerar como um desafio para as políticas de expansão da cobertura em creches discutir e definir quais são os critérios de priorização do atendimento para as famílias mais vulneráveis, de baixa renda e que em grande proporção são as mulheres responsáveis pelas famílias, cônjuges e chefes, que trabalham.

As informações da Pnad têm mostrado que apesar do ritmo lento a cobertura do atendimento considerando a distribuição de renda evoluiu positivamente, se tomarmos o período entre 2001 e 2015. No entanto, uma breve análise da desigualdade no acesso às creches desde o início da década de 2000, levando em conta a razão entre o acesso de crianças do último quintil de renda domiciliar per capita e o acesso de crianças do primeiro quintil, mostrou que a razão permanece bastante elevada. Entre 2001 e 2015, essa razão, foi reduzida em 33% no país e, em quase 40% nas Regiões Metropolitanas e

DF. Mas, vale destacar que essa redução já havia sido alcançada em 2009 e, que após este ano até 2015 a diferença permaneceu inalterada (Tabela 4).

Tabela 4 - Proporção de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creches segundo quintis de renda domiciliar per capita, Brasil e Regiões Metropolitanas Brasileiras e DF, 2001, 2009 e 2015. (%)

		Total	Q1	Q5	Razão		
		(%)	(A)	(B)	(B/A)		
		(%)	(%)	(%)			
Brasil	2001	10,5	7,3	32,8	4,5	}	Redução de 33%
	2009	18,2	12,1	36,3	3,0		
	2015	25,6	16,0	48,3	3,0		
Regiões Metropolitanas e DF	2001	12,8	9,1	38,0	4,2	}	Redução de 39,9%
	2009	23,5	15,3	43,5	2,8		
	2015	30,7	22,3	56,0	2,5		

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

O relatório do Inep¹⁵ que analisa este resultado este indicador desde o ano de 2004 usando como fonte de dados a Pnad contínua chega a constatar que a desigualdade cresceu ao invés de diminuir entre 2004 e 2015.

As conclusões do relatório referentes à crescente desigualdade de acesso no atendimento de 0 a 3 anos considera que houve retrocesso ao não conseguirmos implementar a Estratégia 1.2 do PNE que estabelece que no final do período do PNE em 2024 a diferença entre as taxas de acesso a creches entre as crianças provenientes do primeiro quintil de renda familiar e aquelas pertencentes ao último quintil seja menor do que 10%.

Ainda segundo o relatório do Inep sobre o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), há considerações gerais de que o quadro de cobertura da educação infantil é progressivo com relação à meta 1 do Plano Nacional de Educação. Esta meta estabelece que até 2024 metade das crianças de até 3 anos esteja matriculada em creches o que significaria um aumento de quase 1,9 milhões de novas vagas até 2024.

Apesar da evolução positiva ainda que com ritmo lento da expansão os dados mostraram que conseguimos diminuir em parte a desigualdade no acesso considerando o acesso dos

¹⁵ O governo federal divulga o relatório de monitoramento desde 2014. Ver: Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. Brasília, DF.: Inep, 2018. 460 p.

mais pobres e dos mais ricos. Esta evidência no caso do Brasil, entre 2001 e 2009, e após esse ano a diferença nas taxas de acesso entre estes dois segmentos permaneceu estagnada. No caso das Regiões Metropolitanas houve redução sistemática ao longo dos anos na desigualdade do acesso para o período entre 2001 e 2009, com crescimento maior do acesso dos mais pobres.

Vale destacar que nem sempre a expansão do atendimento foi acompanhada de qualidade. Muitos municípios acabam oferecendo educação infantil com menos recursos do que seria necessário consequentemente apresentam menos profissionais e inadequações de infraestrutura. As instituições de creches são vistas muitas vezes, mais como um lugar do cuidado com as crianças para pais que trabalham do que como um espaço educacional. É importante pensarmos que as creches devem antes de tudo se constituir em espaço educacional de qualidade e não simplesmente um espaço físico onde as crianças passam a maior parte do dia. A desigualdade começa já na creche quando são as famílias mais vulneráveis e que em função de terem que trabalhar aceitarão qualquer forma de oferta de atendimento para suas crianças.

O tema do acesso à creche tem importância fundamental e passa pela discussão das políticas dirigidas a primeira infância e as famílias com demandas por este atendimento. O Relatório do Inep aponta que apesar do quadro positivo com relação à cobertura da educação infantil, é importante que se estabeleçam políticas que incentivem os municípios a darem prioridade às crianças pertencentes ao grupo de renda mais baixa.

Outro importante desafio é rever o papel dos estados e dos municípios sobretudo no que diz respeito às ações intersetoriais e como articulá-las. Para muitos gestores municipais há o entendimento de que as demandas contidas no PNE são urgentes, mas o repasse de recursos não acontece com a mesma emergência e de forma suficiente. Assim, os municípios para cumprir com sua responsabilidade constitucional no atendimento a demanda de creches lança mão de algumas estratégias. Uma delas é o atendimento via convênio. O município que não pode fazer investimentos na expansão e manutenção da oferta da sua rede faz convênios com instituições privadas, ou seja, faz a expansão das vagas oferecidas que são públicas, mas ofertadas por instituições prestadoras do serviço. Assim, o município não consegue garantir o mesmo padrão de atendimento das creches próprias da prefeitura, já que a rede conveniada segue suas regras.

A expansão da oferta de educação infantil via convênios pode representar um custo menor para o atendimento da demanda sobretudo no curto e médio prazo e, pode ser entendida

como uma estratégia de atendimento e de cumprimento das metas, tendo em vista que o repasse do FUNDEB não tem sido suficiente para financiar a oferta de educação infantil como tem sido apontado em outros estudos (BASSI, 2011). De acordo com Bassi, 2011, em vários municípios muitas vezes o valor repassado para as entidades conveniadas é inferior ao recebido pelo FUNDEB. Por outro lado, situações como essa trazem o desafio para os governos de garantir que a oferta de vagas, seja pela rede municipal ou através das vagas conveniadas, tenha a mesma qualidade. Outro tema pertinente à questão da oferta de educação infantil é como fazer a própria regulamentação da qualidade.

3.2 A escolaridade da população adulta

Outro aspecto comumente referido na literatura para explicar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho é a baixo nível educacional. A educação básica completa é constituída pela conclusão do Ensino Médio subsequente à conclusão do Ensino Fundamental o que significa ter 12 anos completos de estudo.

No Brasil em 2015, segundo as informações da PNAD, IBGE, haviam 78,1 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não haviam concluído a educação básica e tampouco estavam estudando correspondendo a 51,9% da população com mais de 18 anos. Nas Regiões Metropolitanas a situação é um pouco melhor com 41,9% de pessoas sem concluir a educação básica (20 milhões de pessoas). Os mais jovens nesta situação, com menos de 30 anos de idade, corresponderam a 11,8 milhões de pessoas no Brasil, sendo que quase 2,8 milhões residiam nas áreas metropolitanas. É importante trazer estes números porque se referem à uma situação onde estas pessoas provavelmente terão diminuídas as chances de terem boas perspectivas futuras de melhoria na sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista que a etapa básica da educação é pré-requisito para ocupações de qualidade.

Os dados desta pesquisa mostraram que as mulheres jovens se apresentaram mais escolarizadas que os homens, sobretudo entre as pessoas mais jovens (com idade inferior a 30 anos) e nas Regiões Metropolitanas (Tabela 5). O diferencial a favor das mulheres vai diminuindo à medida que a idade avança. Assim, em tese, pelo menos entre os jovens, as mulheres teriam melhores chances de inserção ocupacional caso dependessem apenas da educação formal.

A maior proporção de pessoas que ainda estão estudando, mas não concluíram a educação básica está entre os mais jovens (entre 18 e 24 anos), 13,3% dos homens e 11,4% das mulheres. Nos grupos etários subsequentes é muito pequena a proporção de pessoas que ainda estudam com o objetivo de concluir a educação básica.

Tabela 5 - População maior de 18 anos por situação de escolarização e sexo. Brasil e Regiões Metropolitanas, 2015.

	18-24 anos		25-29 anos		30 anos ou mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil						
Concluíram a Educação Básica (1)	51,5	64,1	59,9	69,3	38,6	42,3
Estudam com atraso (2)	13,3	11,4	1,5	2,1	0,6	1,0
Evadiram sem concluir a E. Básica (3)	35,2	24,5	38,6	28,7	60,8	56,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	11.412.144	10.956.627	7.500.133	7.723.945	52.812.893	60.274.114
Regiões Metropolitanas e DF						
Concluíram a Educação Básica (1)	59,4	68,7	70,7	78,2	52,1	51,4
Estudam com atraso (2)	12,7	11,5	1,2	1,3	0,6	0,8
Evadiram sem concluir a E. Básica (3)	27,9	19,8	28,1	20,4	47,3	47,8
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (abs)	3.472.597	3.357.833	2.319.863	2.409.628	16.250.666	20.037.483

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Nota: (1) Concluíram E. Médio ou mais ou, frequentam curso superior.

(2) Frequentam Ensino Fundamental ou Ensino Médio (ensino regular ou EJA)

(3) Evadiram com EM incompleto ou, com EF completo ou incompleto.

3.2.1 Situação ocupacional e escolaridade da população adulta

Em 2015 32% da população brasileira e 37% da população metropolitana com mais de 18 anos estava inserida em ocupações “não precárias”, ou seja, eram empregadores ou assalariados com carteira assinada. Aqueles inseridos nas “ocupações precárias” (assalariados sem registro, autônomos, empregados domésticos, trabalhadores familiares e não remunerados) representaram 28% da população brasileira e 24% da população residente nas áreas metropolitanas. Cerca de 6% da população adulta no Brasil e 8% dos metropolitanos estavam desempregados e, aproximadamente 1/3 dos brasileiros e dos residentes nas áreas metropolitanas se declararam inativos (Gráfico 14).

Quando focalizamos aqueles com renda domiciliar per capita abaixo da mediana, ou seja, com rendimentos per capita abaixo de R\$ 900,00 em 2015, a distribuição ocupacional muda: ocorre uma diminuição na proporção de pessoas em ocupações não precárias (cai de 32% para 24%) e, em contrapartida, há uma elevação do número de desempregados e

inativos que somados passam de 40%, no caso da população total, para 47% no caso da população com renda per capita inferior à mediana. A proporção de pessoas em ocupações precárias praticamente permanece no mesmo nível.

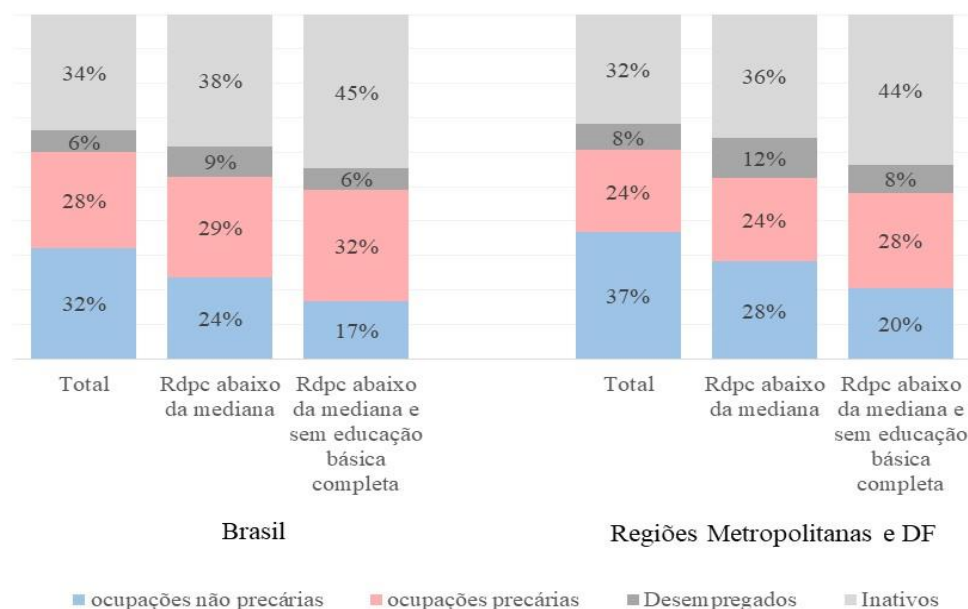
Por fim, quando se realiza um segundo exercício ao focalizar no conjunto de pessoas que tem renda domiciliar per capita abaixo da mediana aquelas que não conseguiram completar a educação básica, ou seja, possuem menos de 12 anos completos de estudo, constata-se que há uma redução mais drástica no segmento inserido em ocupações não precárias que passa de 32% para 17% no Brasil, além de uma elevação de pessoas em ocupações precárias (de 28% para 32%) contrabalançado por um substancial incremento no percentual de inativos que de 34% passam para 45%. Já o percentual de desempregados permanece o mesmo, 6% indicando que mesmo com renda domiciliar per capita baixa e pouca escolaridade isto não afetou a proporção de desempregados, nesse período.

No caso das Regiões Metropolitanas e DF, observa-se a mesma tendência nacional quando selecionamos as pessoas com renda abaixo da mediana e sem concluir a educação básica, entretanto, com níveis ligeiramente mais elevados para os percentuais de pessoas em ocupações não precárias e de pessoas desempregadas. O percentual de pessoas inativas é elevado e praticamente igual à média nacional quando se admite o recorte de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da mediana.

O que os dados sugerem é que quando se tem renda baixa aumentam as chances de se ter mais inatividade e desemprego e, em menor medida, o incremento da participação das ocupações precárias, ao mesmo tempo em que diminuem a participação das ocupações não precárias.

Mas, quando além da renda mais baixa ainda se tem baixa escolaridade, os dados sinalizam que cai ainda mais a proporção de ocupações “não precárias” e, em contrapartida há um importante incremento no percentual de inativos.

Gráfico 14 – Distribuição dos maiores de 18 anos por situação ocupacional, segundo renda domiciliar per capita e escolarização. Brasil, Regiões Metropolitanas e DF, 2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Cabe destacar com relação à proporção de inatividade que outras variáveis estão correlacionadas e exercem influência. No caso das mulheres jovens (com menos de 30 anos) a participação de inativas aumenta de 27,7%, no caso daquelas que concluíram a educação básica para 51% para aquelas que não terminaram a educação básica (Tabela 6).

Muitas mulheres jovens de baixa escolaridade que são inativas, do ponto de vista ocupacional, na verdade estão fora do mercado de trabalho e da escola em função de responsabilidades familiares e ou domésticas e que são situações muitas vezes não captadas pelas estatísticas. Além disso, são situações em que muitas mulheres, sobretudo as jovens, apesar de desejarem não conseguem retornar para o mercado de trabalho ou para a escola.

Por outro lado, também entre as inativas estão muitas mulheres mais velhas e que não conseguiram completar a educação básica. São mulheres de coortes etárias que historicamente tiveram menos escolarização quando jovens.

Tabela 6 – Distribuição da população com mais de 18 anos por sexo, segundo inserção ocupacional e condição de escolarização. Brasil, 2015

	Homens (%)		Mulheres (%)	
	Concluíram a Educação Básica	Não concluíram a Educação Básica	Concluíram a Educação Básica	Não concluíram a Educação Básica
Ocupações não precárias	55,0	27,5	41,2	10,5
Ocupações precárias	25,0	39,8	21,5	24,3
Desempregados	6,7	5,4	7,9	5,0
Inativos	13,2	27,3	29,4	60,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Tabela 7 – Distribuição da população com mais de 18 anos por sexo, segundo inserção ocupacional e condição de escolarização. Regiões Metropolitanas e DF, 2015

	Homens (%)		Mulheres (%)	
	Concluíram a Educação Básica	Não concluíram a Educação Básica	Concluíram a Educação Básica	Não concluíram a Educação Básica
Ocupações não precárias	56,4	32,6	42,6	12,1
Ocupações precárias	22,4	31,7	19,7	24,7
Desempregados	7,6	7,2	8,5	6,2
Inativos	13,6	28,5	29,2	57,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

3.2.2 A escolarização dos jovens e o nível de renda domiciliar per capita

O acesso dos jovens à escolarização é um tema de grande preocupação na medida em que está diretamente relacionada à elevação do capital humano e à inserção no mercado de trabalho.

Na questão da escolaridade de jovens e adultos, há uma forte associação positiva entre o nível de rendimentos das pessoas e o nível de escolarização, relação que ocorre de maneira mais acentuada nas regiões mais vulneráveis à desigualdade social.

No Brasil e nas Regiões Metropolitanas e DF, entre 2001 e 2015, é possível notar a evolução positiva da escolaridade dos jovens que ocorreu de forma mais acentuada para

os jovens dos segmentos mais pobres, comparativamente aos jovens em melhores situações econômicas. Estes historicamente já vinham em melhor situação educacional. Deve-se ressaltar que os jovens pertencentes aos primeiros decis de renda domiciliar per capita foram os que apresentaram os mais baixos níveis de escolaridade, e que, no primeiro e no segundo decil, proporcionalmente, estão os jovens com maiores chances de não terem completado nem o Ensino Fundamental e não estarem estudando. (Gráfico 15 e Gráfico 16).

Os jovens que conseguiram terminar pelo menos o Ensino Médio¹⁶ e não estavam estudando proporcionalmente somaram quase 46% em 2015.

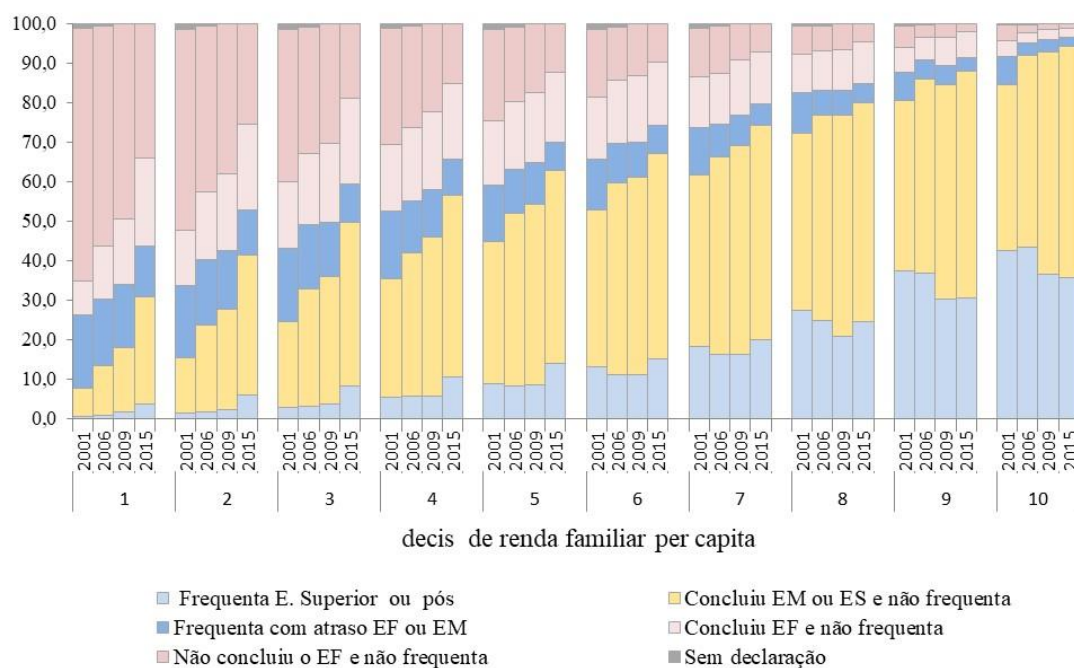
Aqueles que conseguiram terminar o EM e estão frequentando o Ensino Superior ou uma pós-graduação somaram 15%. Considerando a distribuição de renda este grupo teve sua participação mais fortemente incrementada até o 7º decil entre 2001 e 2015. Nos decis subsequentes o ritmo do aumento da participação é menos acentuado.

É importante perceber que ao longo dos anos cai a participação daqueles que não concluíram o ensino fundamental e evadiram (a queda é mais abruptamente notada até o 4º decil de renda domiciliar per capita). Em contrapartida aumenta a participação daqueles que possuem o ensino fundamental completo, inclusive com aqueles que cursaram alguma série do Ensino Médio, mas, evadiram sem terminar, de forma mais acentuada até o 5º decil de renda per capita e depois se estabiliza nos decis subsequentes.

Por fim, houve queda no período e para todos os decis de renda da participação daqueles jovens que ainda estão frequentando com atraso algum ano, tanto do Ensino Fundamental como do Ensino médio. Em 2015 este grupo teve uma participação de aproximadamente 8%.

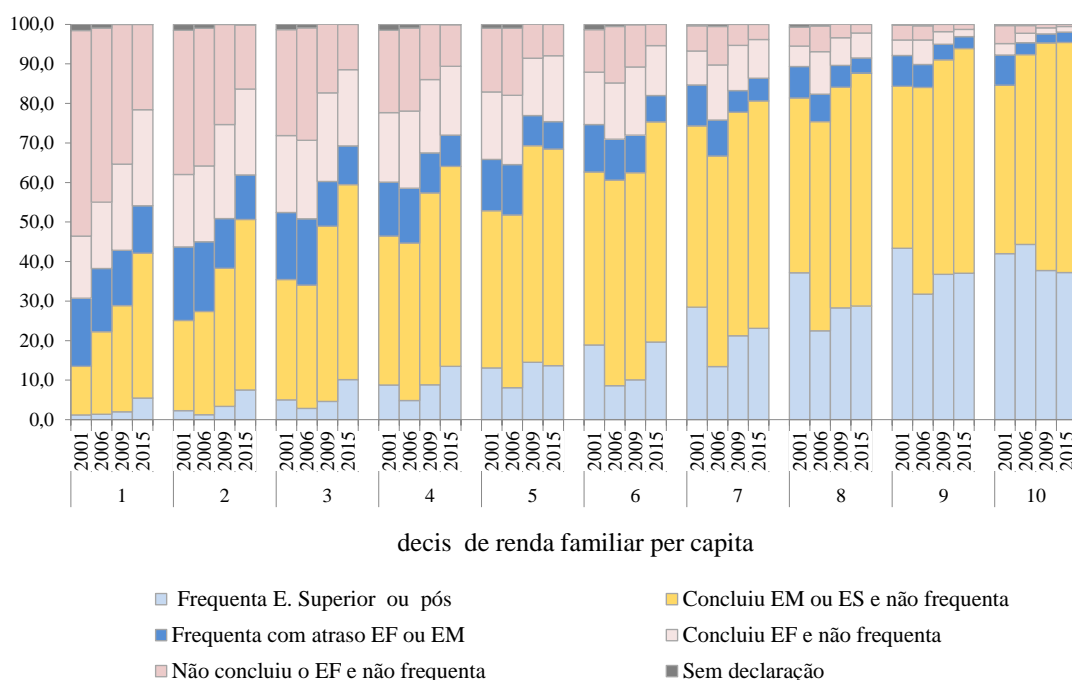
¹⁶ Aqui estão referidos tanto aqueles que não estavam estudando mas concluíram o Ensino Médio quanto aqueles que haviam concluído cursos superiores ou de maior nível.

Gráfico 15 - Jovens de 18 a 29 anos por decis de renda familiar per capita, segundo o nível de escolarização. Brasil, 2001-2015



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Gráfico 16 - Jovens de 18 a 29 anos por decis de renda familiar per capita, segundo o nível de escolarização. Regiões Metropolitanas e DF, 2001-2015



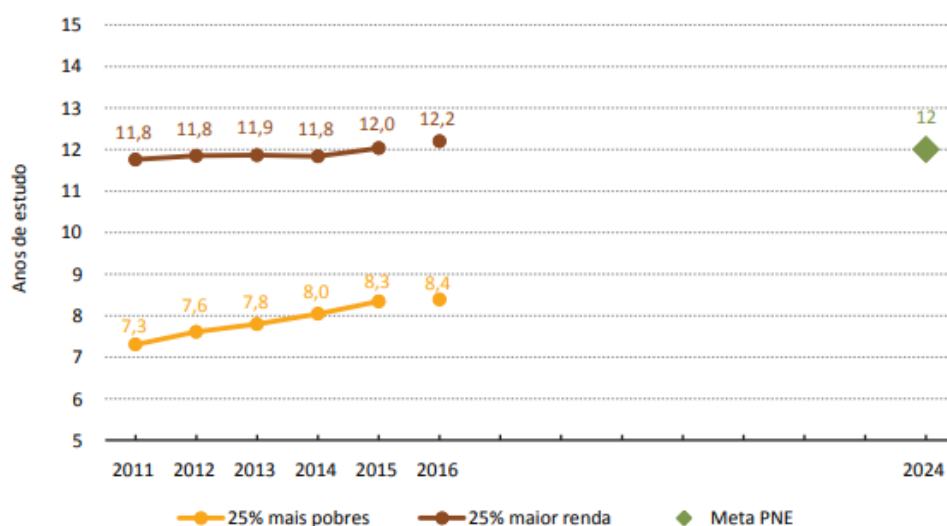
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
 Elaboração: NEPP/UNICAMP.

A redução das desigualdades no acesso e a expansão do nível de escolaridade da população jovem até o ano de 2024 são objetivos contemplados na meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018, a meta traz como especificidades considerações sobre os segmentos que já vem de uma trajetória de baixo acesso à escolarização: a população negra, os mais pobres e os residentes em áreas rurais.

Segundo este relatório em média os jovens de 18 a 29 anos pertencentes ao grupo dos 25% mais pobres tinham em média 8,4 anos de estudo no ano de 2016 (Gráfico 17). Comparativamente ao grupo dos 25% mais ricos, o grupo mais pobre apresentava 3,8 anos de estudo a menos. A média nacional para este grupo foi de 10,2 anos de estudo. Os dados do relatório apontam que houve um declínio nas desigualdades educacionais desde pelo menos 2011. Além deste fato, o relatório também apontou que os jovens com as menores médias com relação ao número de anos completos de estudo residem principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que a escolaridade média para os jovens no campo atingiu 8,5 anos de estudo, sendo de 9,6 anos de estudo para os negros e de 11 para os não negros.

Todavia, apesar da evolução positiva ainda estamos longe da meta estabelecida pelo Plano Nacional da Educação a ser atingida até o ano de 2024. O ritmo de crescimento está abaixo do necessário para que se consiga cumprir esta meta dentro do prazo.

Gráfico 17 – Escolaridade média em anos de estudo, 25% mais ricos da população de 18 a 29 anos de idade, por renda (renda domiciliar per capita) – Brasil – 2011-2016



Extraído de: Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018

3.2.3 Demanda por educação dos adultos que não concluíram a educação básica

A seguir apresenta-se uma breve descrição das pessoas adultas com menos de 12 anos de estudos completos, ou seja, sem a educação básica completa e que no momento da pesquisa não frequentavam escola. O objetivo é mostrar mais especificamente em que nível essas pessoas interromperam a escolarização.

Em 2015, da população com idade entre 18 e 29 anos (cerca de 37,6 milhões de pessoas), aproximadamente 30%, ou quase 11,4 milhões de jovens não estudavam e não haviam completado a educação básica (29% entre 18 a 24 anos e, 32,2% entre 25 a 29 anos de idade). Desses jovens com menos de 30 anos sem completar a educação básica, 5,2 milhões evadiram da escola sem concluir o ensino fundamental ou nunca frequentou (Tabela 8).

Ampliando a análise para a população adulta, assim consideradas as pessoas com mais de 18 anos constata-se que, no Brasil, em 2015, 45,2% das pessoas adultas não haviam completado a educação básica e não estavam estudando. É importante destacar que a situação já foi pior. Em 2009 este percentual alcançou 56% (MONTALI, TELLES et al., 2014). Em termos absolutos, mais de 68 milhões de pessoas se encontravam nesta

situação (Em 2009 foram 75 milhões). Na medida em que se avança na idade, as proporções de pessoas sem a educação básica concluída aumentam (Tabela 8).

Nas Regiões Metropolitanas e DF, o percentual de adultos sem completar a educação básica (38,2%) é mais baixo que a média nacional. Apesar da situação mais favorável para os jovens nas Regiões Metropolitanas, nos segmentos adultos mais pobres este percentual é bastante mais elevado. Para os que contam com uma renda domiciliar per capita abaixo de até ½ salário mínimo cerca de 54,8% dos maiores de 18 anos não completaram a Educação Básica no ano de 2009 (Tabela 8).

De forma geral as necessidades de conclusão da educação básica para os adultos mais jovens, com menos de 30 anos, estão proporcionalmente mais relacionadas à conclusão do Ensino Médio haja vista que muitos deles concluíram o ensino fundamental e não ingressaram no ensino médio, ou chegaram a frequentar algum ano deste nível de ensino. Já para os mais velhos, as necessidades educacionais estão mais relacionadas à conclusão da primeira etapa, ou seja, concluir o ensino fundamental.

Tabela 8 – Nível de ensino das pessoas maiores que não estavam estudando e, que não concluíram o ensino médio em 2015, Brasil, Regiões Metropolitanas e DF.

	EF incompleto* (%)	EF completo (%)	EM incompleto (%)	Total sem concluir a educação básica (%)	Total sem concluir EM (abs)	Total de pessoas na faixa etária (abs)
Brasil						
18-24	12,6	6,0	10,5	29,0	6.496.853	22.375.053
25-29	16,0	7,3	8,9	32,2	4.910.022	15.229.738
30+	36,9	8,9	4,4	50,2	56.813.982	113.185.887
Total	31,2	8,3	5,8	45,2	68.220.857	150.790.678
Regiões Metropolitanas e DF						
18-24	8,3	5,1	10,0	23,3	1.592.077	6.832.391
25-29	8,8	6,2	8,1	23,1	1.094.253	4.730.464
30+	28,2	10,1	4,7	43,0	15.613.151	36.300.969
Total	23,4	9,0	5,8	38,2	18.299.481	47.863.824
Regiões Metropolitanas e DF e renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo						
18-24	17,8	7,9	13,9	39,6	541.219	1.368.046
25-29	20,8	12,9	12,6	46,3	365.378	788.695
30+	40,6	12,6	7,3	60,5	2.934.106	4.850.576
Total	33,9	11,7	9,2	54,8	3.840.703	7.007.317

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

De acordo com o relatório do Inep/MEC, 2018 as principais estratégias para se conseguir avançar na questão da escolaridade da população adulta dizem respeito às ações de correção de fluxo, programas de educação de jovens e adultos, exames de certificação, ampliação da oferta de educação profissional e ações de busca ativa de jovens fora da escola.

A oferta de educação para jovens e adultos é a forma como o estado oferece educação para as pessoas que não puderam estudar ou acabaram evadindo da escola. Infelizmente as matrículas em EJA apresentaram tendência de declínio desde 2007 até 2015 registrando queda de 31%, passando de 5 milhões de matrículas para 3,4. A informação para o ano de 2017 é que houve um pequeno incremento e o total de matrículas em EJA passou para 3,6 milhões o que poderia representar um ponto de reversão na situação de regressão observada.

A queda observada no período de 2007 a 2015 ocorreu no ensino fundamental, mas no ensino médio o volume se manteve. A hipótese para este fato é que boa parte dos alunos jovens no EJA do ensino médio são provenientes do ensino regular, possivelmente alunos que reprovaram várias vezes e procuram uma alternativa para concluir o ensino médio. Aumentar a oferta de matrículas em EJA e criar condições que possibilitem a adesão e permanência dos alunos são medidas fundamentais e urgentes para elevar o nível educacional.

4. Considerações Finais

Procurou-se neste ensaio indicar aspectos que restringem o acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, que são os espaços urbanos mais dinâmicos da economia do país e que, ao mesmo tempo, concentram grande parte da população em condição de pobreza. Caracterizam-se também por apresentarem indicadores de desigualdade mais elevados quando comparados à média do país.

O tema da desigualdade de renda e das restrições no acesso ao trabalho é tratado sob a ótica da família e sob a ótica da educação.

Privilegiou-se na análise examinar as restrições no acesso ao trabalho a partir dos domicílios que se situam abaixo e acima da mediana do rendimento domiciliar per capita metropolitano, contextualizando segundo as conjunturas econômicas e as diretrizes das

políticas sociais, que afetam a dinâmica do mercado de trabalho e as oportunidades de inserção.

A utilização do conceito de divisão sexual do trabalho e do corte em relação à mediana do rendimento possibilitou identificar perfis distintos de restrições no acesso ao trabalho e consequentes restrições para a superação da pobreza pelas famílias.

Sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho que permeia as esferas da produção e da reprodução definindo o lugar de homens e de mulheres em suas relações sociais, são interpretadas as informações que sustentam a afirmação das especificidades da inserção de homens e de mulheres em distintas posições no domicílio. A análise no período 2001-2015 explicitou comportamentos específicos da dinâmica da inserção no mercado de trabalho relacionado ao sexo e à posição na família, definindo perfis distintos para responsáveis masculinos, responsáveis femininos e cônjuges femininos a partir das variáveis sobre nível educacional e qualidade do emprego. Também se definem os perfis dos filhos adultos diferenciados por sexo.

Por fim, sob essa perspectiva e, considerando a desigualdade de rendimento dos domicílios, definem-se os perfis de inserção no mercado de trabalho por posição na família e relações de gênero com grande semelhança entre os 50% abaixo da mediana e os 50% acima da mediana. A grande diferenciação entre este se mostra na maior precariedade da inserção no mercado de trabalho naqueles domicílios no segmento inferior de rendimento domiciliar. Esta diferenciação se, por um lado, pode ser explicada pelo menor acesso aos níveis educacionais médio e superior, por outro, pode ser explicada pelo maior constrangimento sofrido pelos responsáveis femininos da família: cônjuges e chefes femininos. A maior proporção de crianças constatada no segmento de domicílios abaixo da mediana resulta da maior concentração nesse segmento de domicílios nas primeiras etapas do ciclo de vida das famílias (“etapa da constituição” e “etapa da consolidação”), com composição desfavorável para inserção no mercado, bem como de domicílios monoparentais femininos. Esta circunstância e o menor acesso dos domicílios no segmento abaixo da mediana a equipamentos e serviços de Educação Infantil, explicam o maior constrangimento no acesso a trabalho de qualidade e à obtenção de rendimento pelas mulheres responsáveis pelo domicílio: que são as cônjuges e chefes femininas. Este fato aponta para a necessidade de políticas sociais, que venham interferir na reprodução do ciclo de efeitos negativos sobre a inserção de mulheres responsáveis por domicílios e

por filhos do segmento abaixo da mediana, que criem condições efetivas para que o rendimento de seu trabalho contribua para a renda domiciliar e a superação das condições de pobreza.

Mudanças na divisão sexual do trabalho não têm sido observadas. A literatura aponta para alguns avanços na divisão do trabalho doméstico, ainda de forma muito tímida, mas, por outro lado, reitera a permanência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na remuneração do trabalho. Dessa forma, os constrangimentos relacionados à divisão sexual do trabalho se manifestam também na inserção das mulheres responsáveis pelos domicílios no segmento superior à mediana do rendimento domiciliar, embora de maneira mais atenuada e evidenciando menores constrangimentos ao trabalho destas pela possibilidade de remunerar apoio no cuidado, exercido por outras mulheres ou por instituições.

Para finalizar, ressalta-se que embora os avanços na participação das mulheres no mercado de trabalho, com a elevação das taxas de ocupação e a ampliação de sua participação nos setores de atividade e, em especial, a continuidade da ampliação da participação das mulheres na posição de cônjuge nos domicílios, permanecem as restrições a estas, associadas aos papéis e atribuições impostos pela divisão sexual do trabalho tanto no domicílio, como no mercado de trabalho.

Por outro lado, constatam-se perfis distintos de restrição ao trabalho ao se analisar as taxas indicativas de inserção no mercado de trabalho dos componentes familiares considerando o corte pela mediana do rendimento domiciliar per capita. Constatou-se que correspondem ao segmento de domicílios abaixo da mediana do rendimento domiciliar metropolitano, maior proporção de arranjos domiciliares com composição desfavorável para inserção no mercado de trabalho e com maiores dificuldades para obtenção de rendimentos suficientes. Nesse segmento constatou-se ainda menor acesso a níveis mais elevados de escolarização, bem como as maiores taxas de desemprego da mulher e do jovem, colocando desafios para políticas sociais de equidade.

Com relação à questão educacional, as evidências sugerem que há um grande horizonte para a expansão das matrículas na Educação Infantil, principalmente na modalidade creche. Para tanto, são necessárias políticas que incentivem os municípios no esforço para investir em creches. O desafio é o de implementar políticas públicas viáveis para crianças e adolescentes em um cenário de recursos escassos, que mesmo tendo como objetivo a

universalidade consigam ao mesmo tempo dar prioridade às famílias mais vulneráveis e de baixa renda.

Os dados evidenciaram, com relação à educação da população adulta, que ainda é grande a proporção de pessoas que não conseguiram concluir a educação básica. A dificuldade para concluir a educação básica, ou seja, concluir o ensino secundário é maior para as coortes etárias mais velhas. Por outro lado, é menos acentuada para as mulheres e para as pessoas que residem nas regiões metropolitanas.

Como já foi discutido ao longo do texto o baixo nível educacional traz implicações para a inserção no mercado de trabalho e, sobretudo para as pessoas em situações mais vulneráveis como aquelas pertencentes ao grupo com rendimento domiciliar per capita abaixo do valor mediano. Para essas pessoas aumentam as chances de ser inativo ou estar desempregado e, em menor medida, aumentam as chances de terem ocupações precárias, ao mesmo tempo em que diminuem a participação das ocupações não precárias.

A análise da distribuição da população jovem por situação de escolarização ao longo dos decis de renda domiciliar per capita mostrou que houve ganhos educacionais entre 2001 e 2015 tanto para o conjunto do país quanto para as Regiões Metropolitanas. Os ganhos de escolaridade da população jovem fazem parte do avanço educacional pelo qual o Brasil passa nas últimas décadas. Mas, é importante lembrar que o Brasil foi o último país das Américas a adotar políticas de universalização da educação. O sistema educacional implementou políticas a favor da inclusão da população no sentido de ampliar a cobertura da educação básica incluindo segmentos populacionais que historicamente não tinham acesso às escolas.

Os resultados desta pesquisa apontaram que nos primeiros quatro decis de renda domiciliar per capita foi onde se observou maior intensidade do movimento para a melhoria do nível educacional dos jovens de 18 a 29 anos. Entretanto, apesar da melhoria do nível educacional e da redução da desigualdade de acesso à educação ainda se está longe das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, sobretudo para os grupos mais vulneráveis ao empobrecimento.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. *Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Brasília, DF, nov.1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 13 fev.2019.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, jun.2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 5, de 17/12/2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, dez. 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 13 fev.2019.

CASAGRANDE, A. L., BORGHI, R. F. Plano nacional de educação, ampliação da oferta em creche e dos recursos para a educação: uma reflexão à luz das parcerias público privadas em municípios de médio porte paulistas. *Eccos Revista Científica*, São Paulo: Universidade Nove de Julho, n.37, p. 111-126, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71543111007>. Acesso em: 13 fev.2019.

CASTRO, M. H. G.; CAMELO, R. S. Educação infantil: expansão, qualidade e desafios. In: NEGRI, B.; TORRES, H. da G.; CASTRO, M.H. G. (Org.). *Educação básica no Estado de São Paulo: avanços e desafios*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014. p. 135-153. Disponível em: http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/livro_fde_fseade_educacao_basica.pdf. Acesso em: 13 fev.2019

DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário Mínimo de 2015 é fixado em 788,00. *Nota Técnica*, São Paulo, n.143, jan.2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 12 fev.2019.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M.; ROSSI, P. (Org.). *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018. 64p. Disponível em: Brasil Debate <http://brasildebate.com.br/estudo-escancara-retrocesso-social-com-a-emenda-do-teto-de-gastos-2/>. Acesso em: 12 fev.2019

FERREIRA, V. S. *A expansão da educação infantil e prováveis implicações*. Reunião Científica Regional da ANPED. Curitiba: UFPR, jul. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 13 fev.2019.

GTSC A2030. *Relatório Luz da Agenda 2030: De Desenvolvimento Sustentável*. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. s/l, 2018.84p. Disponível em <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2018-autoria/>. Acesso em: 12 fev. 2019

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBASE. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão longe de serem alcançados no Brasil. *Notícias*, Rio de Janeiro, s/n, jul. 2018. Disponível em: <http://ibase.br/pt/destaques/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-estao-longo-de-serem-alcancados-no-brasil/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Sócioeconômica*, n.38, jun. 2018 (2018a). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 12 fev.2019.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151p. (2018b). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

INEP/MEC. *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação-2018*. DF: Inep, 2018. 460 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17>. Acesso em: 13 fev.2019.

IZAGUIRRE, M. Pobreza cresce no Brasil pelo segundo ano consecutivo. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 jun. 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/06/25/internas_economia,604736/pobreza-cresce-no-brasil-pelo-segundo-ano-consecutivo.shtml. Acesso em: 12 fev.2019.

KERGOAT, D. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In : HIRATA, H., Laborie, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (Ed.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris : Presses Universitaires de France, 2000. p.35-44.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. *Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?*. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97,2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto_27_09.pdf. Acesso: 12 fev. 2019.

LEAL, L. N. Mais de 10 milhões vivem com R\$ 39 por mês. *Estadão*, São Paulo, 19 jun. 2011. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mais-de-10-milhoes-vivem-com-r-39-por-mes,734410>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LEONE, E. T. Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais,21, 2018, Poços de Caldas. *Anais...*Poços de Caldas: ABEP, 2018. p.1-3.

MENEZES, F.; JANNUZZI, P. Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois. *Teoria e Debate*, São Paulo, ed. 170, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos. *Revista Latinoamericana de*

Población, v. 8, n.14, p. 105-127, ISSN 2393-6401, jan/jun.2014. Disponível em: <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/20>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Desigualdade de renda e as especificidades da inserção familiar no mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 21, 2018, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: ABEP, 2018. 26p. Disponível em: <http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0152-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 25, n.2, pp-211-231, 2008. Disponível em: www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1894/1852. Acesso em: 12 fev. 2019.

MONTALI, L.; TELLES, S. S.; COELHO, R. P.; LIMA, M.T.; SARTORI, E. Desigualdade e Pobreza nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: políticas sociais e seus efeitos sobre as famílias. In: MDS-SAGI. *Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à Fome*. Brasília, DF: MDS, 2014, v.3. ISBN:978-85-60700-68-4. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/3%20assistencia.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MONTALI, L. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. *Revista Brasileira de Sociologia*, Sergipe, v.2, p. 109-134, ISSN 2317-8507, 2015.

MONTALI, L. Implicações das conjunturas de crise e de expansão sobre as famílias e a relação família-trabalho, *Revista Latinoamericana de Población*, Montevideo, n. 20, ano 11, p.117-148, jan/jun.2017. ISSN 2393-6401. Disponível em: <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/169>. Acesso: 12 fev. 2019.

OLIVEIRA, T. G. de. As condições das creches públicas e conveniadas com o poder público no Brasil. *Revista Ibero-americana de Educação*, v.71, p.63-86, maio.2016. Disponível em: <http://rieoei.org/index.php>. Acesso em: 13 fev. 2019.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos?. *Estudos e Pesquisas*, Ipea, n. 83. Set. 2004. Disponível: <http://www.inae.org.br/wp-content/uploads/2015/04/EP0083.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROSEMBERG, F. Políticas de Educação Infantil e Avaliação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.43, n.148 p. 44-75, jan/abr. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/249>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n. 132, p573-594, 2007.

TELES, S. S. Limites e desafios para o atendimento da demanda por educação infantil no município de Campinas. *Caderno de Pesquisa NEPP*, Campinas, SP., n. 84, 2017. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/119/CadPesqNepp84>. Acesso em: 13 fev.2019.

VIGNOLI, J. R. *Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales*. Santiago: CELADE/CEPAL, 2000. 79p. (Serie Población y Desarrollo, 5). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7185/1/S2000937_es.pdf. Acesso em: 12 fev.2019



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
NEPP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Av. Albert Einstein, 1300
Campinas - SP - Brasil
CEP. 13083-852
TEL: (019) 3521-2495 / 3521-7266
E-mail: nepp@nepp.unicamp.br
E-mail: Nepp00@unicamp.br
Homepage: www.nepp.unicamp.br